

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAED

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Regina Goulart da Rosa

**TRANSICIONALIDADE E RECONHECIMENTO
AMOROSO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS
EXTRAÍDAS DA APROXIMAÇÃO ENTRE
WINNICOTT E HONNETH**

Orientador: Prof. Dr. Angelo Vitório Cenci

Passo Fundo

2013

Regina Goulart da Rosa

**TRANSICIONALIDADE E RECONHECIMENTO
AMOROSO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS
EXTRAÍDAS DA APROXIMAÇÃO ENTRE
WINNICOTT E HONNETH**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Educação, tendo como orientador o professor Dr. Angelo Vitório Cenci

Passo Fundo

2013

RESUMO

A presente dissertação tematiza a aproximação entre a experiência de transicionalidade de Winnicott e a experiência do reconhecimento amoroso em Honneth visando extrair implicações educativas. Inicialmente apresentamos a argumentação de Winnicott acerca da importância do outro com ênfase no bebê e na mãe suficientemente boa e na teoria das relações objetais, mediante a experiência da transicionalidade e em sua análise na constituição da identidade humana. Na sequência procuramos explicitar analiticamente o que Honneth entende por reconhecimento e a experiência do reconhecimento intersubjetivo nos padrões do amor, do direito e da solidariedade especificando, todavia, o sentido próprio do reconhecimento amoroso. Por fim, retomamos e aprofundamos conceitos base de Honneth e Winnicott mediante uma aproximação entre a experiência de transicionalidade e a experiência de reconhecimento amoroso. Nesse sentido, busca-se verificar como a aproximação entre tais experiências pode auxiliar no desenvolvimento de um sentido normativo à educação pensada como construção da autonomia e da intersubjetividade. Com Winnicott isso é levado adiante explorando-se o sentido educacional do objeto transicional e a possibilidade de se pensar por analogia o papel do educador com o conceito de objeto transicional. Em Honneth o fazemos explorando o alcance intersubjetivo e o potencial de autonomia implicado no reconhecimento amoroso. Para tanto, toma-se como referência os conceitos de reconhecimento amoroso, transicionalidade, autonomia e intersubjetividade. Para o desenvolvimento do trabalho adota-se a abordagem hermenêutica de pesquisa teórico-bibliográfica, envolvendo a reconstrução e análise dos textos de Honneth e Winnicott.

Palavras-chave: Reconhecimento amoroso. Transicionalidade. Autonomia. Intersubjetividade.

ABSTRACT

This dissertation studies the rapprochement between Winnicott transitionality experience and the experience of loving recognition in Honneth order to draw educational implications . Initially we present the argument about the importance of Winnicott another focusing on the baby and good enough mother and object relations theory , through the experience of transitionality and its analysis in the constitution of human identity . Following seek to explain analytically what Honneth meant by recognition and experience of intersubjective recognition patterns of love, duty and solidarity specifying , however , the very meaning of loving recognition. Finally , we return to and deepen concepts based Honneth and Winnicott through approximating transitionality between experience and the experience of loving recognition. In this sense , we seek to verify the rapprochement between how such experiences can assist in developing a normative sense education thought of as building autonomy and intersubjectivity . Winnicott it is carried forward by exploiting the educational direction of the transitional object and the ability to think by analogy the role of the educator with the concept of transitional object . In Honneth we do exploring the intersubjective scope and potential of autonomy involved in loving recognition. So, we take as reference the concepts of loving recognition , transitionality , autonomy and intersubjectivity . To develop the work we adopt the hermeneutic approach of theoretical literature , involving the reconstruction and analysis of texts Honneth and Winnicott .

Keywords : Recognition loving . Transitionality . Autonomy. Intersubjectivity .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 WINNICOTT A IMPORTÂNCIA DO OUTRO E O OBJETO	
TRANSICIONAL	8
1.1 O bebê e a importância do outro	10
1.1.1 O relacionamento inicial entre mãe e bebê.....	10
1.1.2 Da dependência absoluta e simbiótica à dependência relativa	13
1.2 A teoria das relações objetais e a constituição de identidade	15
2 HONNETH E O RECONHECIMENTO AMOROSO	25
2.1 Premissas fundamentais da teoria do reconhecimento de Honneth	26
2.2 A experiência do reconhecimento intersubjetivo: os padrões do amor, direito e	
solidariedade.....	29
2.2.1 O padrão do amor	29
2.2.2 O padrão do direito	30
2.2.3 O padrão da solidariedade	32
2.2.4 Formas de desrespeito do reconhecimento recíproco.....	34
2.3 O conceito de reconhecimento amoroso	37
3 TRANSICIONALIDADE E RECONHECIMENTO AMOROSO:	
IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS EXTRAÍDAS A PARTIR DA	
APROXIMAÇÃO ENTRE WINNICOTT E HONNETH.....	41
3.1 Experiência de transicionalidade como desenvolvimento da autonomia em	
Winnicott	42
3.2 A experiência do reconhecimento amoroso como condição para a autonomia	
em Honneth	48
3.3 Implicações educativas a partir das teses de Axel Honneth e Donald Winnicott .	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Pretende-se, inicialmente, neste trabalho dissertativo, explicitar a intencionalidade que o perpassa e o norteia. Importante destacar, nesse sentido, que este foi construído em função de motivações que envolvem a trajetória de minha história pessoal, acadêmica e profissional, razão pela qual solicito, desde já, permissão para redigir este texto introdutório em primeira pessoa. Pretendo, assim, mesmo que de forma breve, registrar e comentar alguns aspectos que embasaram o desejo de realizar estudo na área da pesquisa.

Iniciei minhas atividades docentes antes mesmo de ingressar no curso de Pedagogia, mas foi durante a graduação que tive meu primeiro contato com a pesquisa, em um projeto integrado entre a instituição onde cursava minha graduação e o Instituto Habilitado das Hermanas Capuchinas, de Maldonado, no Uruguai. Ao concluir o curso de Pedagogia, tinha a certeza de que ainda havia muito a ser aprendido. Decidi, então, que minha formação deveria continuar. Ingressei no curso de Psicologia, onde dei continuidade ao meu envolvimento com a pesquisa. Mais uma vez o fiz tentando ligar academia, prática docente e pesquisa. Dessa forma, comecei a participar da linha de pesquisa de avaliação psicológica na UPF, desenvolvida em conjunto com o laboratório de avaliação psicológica da PUC de Campinas, comparando dois sistemas de avaliação com o rendimento escolar da criança.

Atualmente, com o mesmo desejo de continuar pesquisando e estudando, fui, aos poucos, percebendo que minhas dúvidas e inquietações sobre o tema desta pesquisa faziam parte de um universo bem maior, que inclui o indivíduo em interações com o outro, seja por meio da família, da escola ou da sociedade. E, dessa maneira, o que realmente me motivou a pesquisar a presente problemática foram a vontade e o desejo de seguir estudando, pesquisando e conciliando minhas áreas de experiência profissional com práticas de pesquisa. Também me motivou o fato de explorar um tema inédito, pois, até onde buscamos referências bibliográficas, não encontramos nenhum trabalho que tratasse da aproximação entre Honneth e Winnicott acerca do reconhecimento amoroso e, menos ainda, vinculado ao campo educacional.

E foi assim, entre desafios, práticas, estudos, encantos, dúvidas e descobertas, que fui aos poucos delimitando, construindo e aconchegando-me ao tema desta pesquisa. Optei por tematizar a experiência do reconhecimento amoroso (Honneth) e a experiência da transicionalidade, passando pela importância do outro na primeira infância (Winnicott), de

modo a envolver, teoricamente, minhas três áreas de experiência – psicologia, pedagogia e maternidade –, das quais levo a certeza de que ainda pouco sei, ou, como diria Sócrates, de que “sei que nada sei”. E é este o desafio que me encanta: o de haver muito o que ainda aprender nesses âmbitos.

Colocando de um modo mais preciso, a presente pesquisa tem a intenção de tematizar uma aproximação entre a experiência de transicionalidade e a experiência do reconhecimento amoroso, visando extrair implicações educativas desta aproximação. Honneth configura sua emolduração teórica tendo como parâmetro, de um lado, Hegel e Mead, e, de outro, a psicanálise de Winnicott. Winnicott, por sua vez, aborda a experiência da transicionalidade passando pela importância do outro na primeira infância. Trata-se, mediante a transicionalidade e o reconhecimento amoroso, do ponto em comum, encontrado nos dois autores, da experiência da constituição do próprio eu. Para melhor explicitarmos a aproximação entre Honneth e Winnicott, priorizamos a análise conceitual. No caso de Honneth, abordamos especificamente o tema da experiência do reconhecimento que vai explicitar-se mediante os padrões do amor, do direito e da estima social, evidenciando a subjetividade como uma estrutura intersubjetiva que se constitui simultaneamente em três âmbitos, com implicações para o eu prático respectivamente em três dimensões, quais sejam, a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima. Em Winnicott, exploramos suas hipóteses sobre o desenvolvimento emocional inicial do bebê, sua necessidade do outro e do meio ambiente e sua facilitação pela mãe, bem como a teoria das relações objetais, mediante a experiência da transicionalidade e a constituição da identidade.

Um ponto em comum fundamental entre os dois autores reside em compreender o indivíduo não somente como um ser individual, mas sobretudo aberto e constituído por interações desde os primórdios de sua existência. Num sentido mais específico, defenderemos a hipótese de que a aproximação entre a teoria das relações objetais de Winnicott, centrada na importância do outro e mediante a experiência de transicionalidade, e a experiência do reconhecimento amoroso em Honneth, que permite extrair importantes consequências educativas, sobretudo no que concerne normativamente à construção da autonomia e da intersubjetividade.

Desse modo, apoiados nos objetivos deste trabalho, no primeiro capítulo procuramos reconstruir a argumentação de Winnicott acerca da importância do outro com ênfase no bebê e na mãe suficientemente boa, na teoria das relações objetais, mediante a experiência da transicionalidade e em sua análise na constituição da identidade humana. Já no segundo

capítulo, procuramos reconstruir analiticamente o que Honneth entende por reconhecimento e a experiência do reconhecimento intersubjetivo nos padrões do amor, do direito e da solidariedade especificando, todavia, o sentido próprio do reconhecimento amoroso.

Por fim, no terceiro capítulo, retomamos e aprofundamos conceitos base de Honneth e Winnicott mediante uma aproximação entre a experiência de transicionalidade e a experiência de reconhecimento amoroso. Nesse sentido, buscaremos verificar como a aproximação entre tais experiências pode auxiliar no desenvolvimento de um sentido normativo à educação pensada como construção da autonomia e da intersubjetividade. Com Winnicott, isso será levado adiante explorando-se o sentido educacional do objeto transicional e a possibilidade de pensar analogicamente o papel do educador com o objeto transicional. Em Honneth, o faremos explorando o alcance intersubjetivo e o potencial de autonomia implicado no reconhecimento amoroso.

Quanto à metodologia, adotamos a abordagem hermenêutica de pesquisa teórico-bibliográfica, envolvendo a reconstrução e análise dos textos de Honneth e Winnicott. Essa opção metodológica, segundo Dalbosco, expressa que “o vínculo sistemático da tradição com problemas educacionais atuais permite a abertura para novos problemas e, por conseguinte, uma reestruturação de seu próprio conteúdo”, bem como “a associação da produção conceitual com a realidade” (2010, p. 44-5). Tal método considera “o diálogo com autores e teorias atuais ou do passado o centro de sua investigação” (2010, p. 44). Não seguiremos aqui os detalhes dos argumentos, mas tão somente lembramos que “é a convicção nesta pequena força da teoria que deve nos impulsionar a visitar permanentemente os grandes autores e buscar em seus pensamentos clareiras que nos auxiliem a reanimar aquela fusão originária que está na base de nosso amadurecimento como seres humanos” (DALBOSCO, 2013, p. 12).

No decorrer do estudo, realizamos a opção por levar adiante uma análise mais direta da obra desses dois autores e não de seus comentadores e, para tanto, optamos pela presença e citação direta dos autores, pois a forma ao mesmo tempo simples e complexa com que escrevem Honneth e Winnicott, remete ao compromisso daquele que os investiga a explorar diretamente seus escritos. Compreendemos esse procedimento como o mais adequado, visto o fato de ainda não existirem trabalhos e pesquisas nessa área de aproximação entre os dois autores.

1 WINNICOTT A IMPORTÂNCIA DO OUTRO E O OBJETO TRANSICIONAL

Donald Woods Winnicott, pediatra e psicanalista, dedicou suas pesquisas e trabalhos aos estudos da primeira infância e exerceu grande influência sobre os trabalhos do pesquisador Axel Honneth na construção de sua teoria, singularmente no que concerne ao padrão de reconhecimento amoroso. Winnicott, nascido em 1896 e falecido em 1971, foi aceito como iniciante na Sociedade Britânica de Psicanálise em 1956, onde trabalhou durante 25 anos no Departamento Infantil do Instituto de Psicanálise em Londres. Foi presidente da Sociedade Britânica de Psicanálise por duas gestões e atuou como professor no Instituto de Educação e na Universidade de Londres. Foi conferencista, dissertou e escreveu amplamente como atividade profissional independente. A maioria de seus livros é resultado de suas conferências, visto ser avesso a sistematizações, o que não implicou, contudo, qualquer comprometimento na profundidade ou na excelência de suas teses.

Sua visão sobre a primeira infância diverge um pouco da estabelecida por Sigmund Freud e sua filha Anna Freud. Quando se esboçou uma divisão dentro da Sociedade Psicanalítica Britânica entre os Freudianos ortodoxos e o Kleinianos, Winnicott filiou-se a um terceiro grupo, chamado de conciliador. As contribuições de Winnicott enriqueceram a concepção psicanalítica sobre as bases do desenvolvimento emocional precoce, principalmente no que concerne ao conceito de fenômenos e objetos transicionais, produzidos em uma área intermediária situada entre o mundo interno e o mundo externo.

Winnicott formulou uma concepção sobre a constituição do mundo interno bastante original, afastando-se da doutrina freudiana à medida que não recorria à teoria pulsional. Se para Freud o objeto era pensado como objeto da pulsão, na vertente Winnicottiana o objeto adquire outro estatuto, relacionado à experiência da transicionalidade e não mais à organização pulsional do sujeito. É nesse sentido que a influência da intersubjetividade ganha significância na teoria Winnicottiana. E assim, com a psicanálise aberta à pesquisa, Winnicott, apaixonado pela psicanálise e por crianças, iniciou seus estudos dando ênfase à primeira infância e à força que o ambiente desempenha no desenvolvimento dos bebês e ressaltou a grande importância do outro na formação e na constituição da identidade dos indivíduos.

Abriu caminhos para a teoria das relações com objetos pela influência da intersubjetividade, pensando no bebê como uma organização em marcha e que necessita de um ambiente facilitador para o seu sadio desenvolvimento. Ou seja, concebe o bebê como

alguém que necessita do outro, de uma mãe suficientemente boa e que aja naturalmente para suprir tais necessidades. O autor amplia, assim, a representação ortodoxa da psicanálise clássica com o seu modelo de id, ego e superego, em que a relação com outras pessoas ficava somente considerada como uma mera função no desdobramento das pulsões libidinosas, não evoluindo para um processo interativo. Winnicott afirma que o outro, ou seja, a família, em especial a mãe, tem um papel fundamental e essencial na constituição de sua identidade. O autor enfatiza, na verdade, o papel do ambiente como um componente bastante relevante para assegurar a constituição saudável do indivíduo. Para Winnicott, o ambiente era um elemento fundamental, a ponto de considerar as falhas ambientais como a etiologia principal dos quadros psicopatológicos.

Não trataremos, no entanto, neste estudo, das particularidades dos possíveis desajustes ou patologias decorrentes de um contexto não suficientemente bom, ou seja, não serão objeto de estudo, neste momento, as condições estabelecidas onde o ambiente não é facilitador, não possibilitando situação favorável para a relação mãe e bebê. Sem dúvida alguma, há interações onde o contexto não é adequado para mães se tornarem ou serem suficientemente boas. O autor poderia examinar tanto o patológico quanto o normal, porém, a alternativa que escolhe nesse contexto para suas observações é voltada não para a doença mental, mas para a saúde mental.

Winnicott nos leva a pensar a educação infantil, nos faz refletir sobre o significado e a importância da educação maternal, dos cuidados do adulto com o bebê, bem como no por que é necessário que nos preocupemos com a educação das crianças. Enfim, nos leva a refletir por que o bebê e a criança precisam ser considerados de singular importância na constituição de uma sociedade baseada no respeito pelo outro. Adentraremos, assim, na leitura, com questionamentos essenciais e pontuando algumas questões, tais como: de que forma se realiza, segundo os estudos de Winnicott, o relacionamento inicial entre mãe e bebê? O que é o processo de simbiose e diferenciação? Qual o entendimento do autor sobre holding? Como se dá o processo da teoria das relações com objetos pela influência da intersubjetividade? E, por fim, como ocorre a constituição da identidade humana para Winnicott.

1.1 O bebê e a importância do outro

1.1.1 O relacionamento inicial entre mãe e bebê

Abordaremos inicialmente a importância do relacionamento inicial da mãe com seu bebê, explicitando o ambiente saudável e facilitador na primeira infância, o contexto da mãe suficientemente boa, a preocupação materna primária e a expressão holding. Para Winnicott, a primeira infância e seus cuidados é a fase mais importante da educação de uma criança. Para ele, a relação que a mãe, em especial, estabelece com seu bebê é uma relação insubstituível. A tese que ele formula indica que o desenvolvimento psicossomático precisa de uma base afetiva, pois, se para a saúde física do bebê é requerida uma hereditariedade e cuidados adequados, a formação da maturidade da saúde psíquica envolve gradualmente o ser humano numa relação afetiva de responsabilidade para com o ambiente.

Assim, a partir de uma interação primária do bebê com o ambiente, surge um indivíduo desejante, e, no momento em que há o reconhecimento do terceiro – a mãe ou um substituto da mãe – esse todo é enriquecido e há o crescimento da psique juntamente com o do corpo, estabelecendo-se um desenvolvimento gradual, evoluindo com o tempo para a forma de autonomia e de socialização do indivíduo. Inicialmente, não é suficiente ao bebê e a sua evolução e seu amadurecimento, seu potencial inato, nem ao menos pode-se inferir que esse substitui a importância e a necessidade de um ambiente facilitador. Quando menciono ambiente facilitador, refiro-me ao termo de Winnicott, que vincula ambiente facilitador aos cuidados do outro suficientemente bom, especificamente, a mãe suficientemente boa, que sabe agir naturalmente com seu bebê.

A tese de Winnicott concerne à relação intensiva da mãe com o bebê. Se a mãe for assistida e tiver um ambiente protegido, ela saberá de modo natural quais são as necessidades do filho. Quando o contexto é favorável, se estabelece de modo natural o relacionamento entre a mãe e o bebê e a mãe consegue educar de modo espontâneo, natural e intuitivo. Ou seja, o ambiente deve se adaptar adequadamente à criança para formar seu verdadeiro self.¹ Se a mãe se adequa de uma forma suficientemente boa, não interfere no desenvolvimento da criança. Não é a mãe que molda completamente a criança, pois esta tem sua autonomia, com

¹ Self refere-se a um conceito psicanalítico que diz respeito à totalidade da pessoa, incluindo corpo, mente e psique.

suas capacidades inatas de desenvolvimento. A mãe assegura o ponto de referência para que a evolução continue. Para Winnicott, o destino do bebê, ao sair do narcisismo primário,² depende do fracasso ou do êxito do ambiente. O bebê não deseja incorporar a mãe, tudo o que ele anseia é a presença reasseguradora dela, que lhe inspira uma confiança básica em si mesmo e no mundo. Somente quando o contato com a mãe for satisfatório é que o bebê poderá adquirir a capacidade de usar os seus mecanismos mentais. Essa continuidade não pode ser assegurada pelo indivíduo por si só, mas depende de um meio ambiente facilitador. Por conseguinte, a falha da provisão básica inicial perturba os processos de maturação, barrando o crescimento emocional da criança.

Destaca Winnicott que não podemos falar do bebê sem o outro, em especial sem a mãe, pois ele não existe sem os cuidados do ambiente. Num primeiro momento, o bebê não reconhece o mundo como algo externo a ele, vive um estágio de dependência absoluta com o outro significativo, vive como se fosse uma unidade. Poder-se-ia se dizer que ele é a mãe e que a mãe é ele. Assim, como o bebê precisa de cuidados físicos, sente fome ou necessidades de higiene, este é totalmente dependente, precisa de uma mãe que tenha prazer em ser mãe. Ou seja, o afeto deve ser superior ao ato do cuidado físico. É preciso que a mãe aja com naturalidade, pois ninguém sabe melhor das necessidades do seu filho do que a própria mãe, que possui um saber naturalmente adquirido. Trata-se do saber por intuição, vinculado ao instinto; a mãe dispõe de um conhecimento intuitivo capaz de cuidar de seu bebê, independentemente de qualquer aprendizado, sabendo lidar com o bebê de uma forma natural. No livro *Os bebês e suas mães*, Winnicott deixa muito clara essa naturalidade materna: “Há coisas muito sutis que a mãe sabe por intuição e sem qualquer apreciação intelectual daquilo que está acontecendo” (2006, p. 55).

A mãe suficientemente boa identifica naturalmente quando realmente o bebê precisa de cuidados. A mãe dedicada comum sabe o equilíbrio entre atender as necessidades e a exagerada preocupação com seu filho. A mãe dedicada comum, para Winnicott, é um estado psicológico especial, que acomete as mulheres no final da gestação e nas primeiras semanas de vida do bebê. É também um termo para designar a mãe capaz de vivenciar esse estado, voltando-se naturalmente para as tarefas da maternidade. Trata-se, pois, de uma condição psicológica especial que Winnicott denominou de “preocupação materna primária”, uma capacidade particular para se identificar com as necessidades do bebê. A esse respeito, em *Os bebês e suas mães*, o autor argumenta que

² Por narcisismo primário entende-se “o estado no qual o que percebemos como sendo o ambiente do bebê e o que percebemos como sendo o bebê constituem, de fato, uma unidade.” (WINNICOTT, 1990, p. 178).

nesse estado, as mães se tornam capazes de colocar-se no lugar do bebê, por assim dizer. Isso significa que elas desenvolvem uma capacidade surpreendente de identificação com o bebê, o que lhes possibilita ir ao encontro das necessidades básicas do recém-nascido, de uma forma que nenhuma máquina pode imitar, e que não pode ser ensinada (WINNICOTT, 2006, p. 30).

Ou seja, a mãe, ao fazer uma regressão parcial, identifica-se com o bebê e, assim, sabe do que ele precisa e, ao mesmo tempo, mantém o seu lugar de adulta. Identifica-se por uma sensibilidade aumentada, a qual Winnicott chega a comparar a uma doença, que, no entanto, é considerada normal durante esse período. Pode-se dizer, portanto, que na base do complexo de sensações e sentimentos dessa fase está um movimento regressivo da mãe na direção de suas próprias experiências enquanto bebê.

Falar em mãe suficientemente boa, como foi dito anteriormente, é falar de uma mãe que age naturalmente, é uma mãe capaz de entender o processo de simbiose, onde o bebê percebe-se totalmente fundido com ela e, aos poucos, por meio de um ambiente saudável, é capaz de perceber que existe outro ser, ocorrendo o processo de diferenciação. Somente a mãe suficientemente boa sabe que o importante não é o ato de amamentar ou segurar seu bebê, mas sim o *holding*, a condição ideal de afeto, carinho, segurança e naturalidade com que segura ou amamenta seu bebê.

Assim, uma das principais características da mãe dedicada comum é o *holding* – a mãe saber segurar o bebê. Tudo o que a mãe é e faz adequadamente para o desenvolvimento saudável do bebê está representado pelo verbo segurar. O segurar, o *holding*, propicia ao bebê uma existência fundamentada na autopercepção. O *holding* caracteriza as condições ideais da mãe que está profundamente envolvida com seu bebê e com os cuidados que lhe dedica. Implica oferecer à criança condições para que ela possa ser, também, mal sucedida em sua adaptação, ou seja, se desfazer do sentimento de onipotência que a caracteriza em sua fase inicial e aprender a viver com as frustrações e as dificuldades do seu meio ambiente.

A capacidade da mãe em se identificar com seu filho permite-lhe satisfazer a função sintetizada por Winnicott na expressão *holding*. Ela é a base para o que gradativamente se transformará em um ser que experimenta a si mesmo. A função do *holding*, em termos psicológicos, é fornecer apoio egoico, em particular na fase de dependência absoluta, antes do aparecimento da integração do ego, ou seja, o *holding* feito pela mãe é o fator que decide a passagem do estado de não integração, que caracteriza o recém-nascido, para a integração posterior. O *holding* inclui principalmente o segurar fisicamente o bebê, que é uma forma de amar; contudo, também se amplia a ponto de incluir a provisão ambiental total dispensada a

essa criança. Assim, para Winnicott, o *holding* deve levar em consideração a sensibilidade da criança como o tato, a temperatura, sensibilidade auditiva e visual, incluindo toda a rotina de cuidados. Compreende, em especial, como foi dito antes, o fato físico de sustentar a criança nos braços, que constitui uma forma de amar. Esse vínculo entre a mãe e o bebê assentará as bases para o desenvolvimento saudável das capacidades inatas do indivíduo.

Podemos pensar, pois, que, se amadurecer significa alcançar o desenvolvimento do que é potencialmente intrínseco, possíveis dificuldades da mãe em olhar para o filho como diferente dela, com capacidade de alcançar certa autonomia, podem tornar o ambiente não suficientemente bom para o amadurecimento daquela criança. Não basta que a mãe olhe para o seu filho com o intuito de realizar atividades mecânicas que supram as necessidades dele; é necessário que ela perceba como fazer para satisfazê-lo e possa reconhecê-lo em suas particularidades, possibilitando a saída do bebê do estado simbiótico para a sua autopercepção.

1.1.2 Da dependência absoluta e simbiótica à dependência relativa

Com a segurança e a confiança necessária transmitida pela mãe, o bebê passa de um processo de simbiose total ou da conhecida fase de intersubjetividade indiferenciada, para um processo de autopercepção, começando a experimentar um sentimento de identidade, como um ser no mundo. Ele já não é a mãe e a mãe já não é ele. Após algumas semanas de intensa adaptação às necessidades do recém-nascido, este sinaliza que seu amadurecimento já o torna apto a suportar as falhas maternas. A mãe suficientemente boa deve compreender esse movimento do bebê rumo à dependência relativa e a ele corresponder, permitindo-se falhas que abrirão espaço ao desenvolvimento.

Winnicott pensa que a criança pequena tem uma cota inata de agressividade, que se exprime em determinadas condutas autodestrutivas. A mãe é, além do objeto que recebe em certos momentos a agressão da criança, também aquela que cuida e protege. Quando a criança exprime raiva e recebe amor, a criança confirma que a mãe sobreviveu e é um ser separado dela. O bebê adquire a noção de que suas próprias ações não são tão perigosas e pode, aos poucos, aceitar a responsabilidade que possui sobre elas. É nesse contexto de experimentar frustrações, sem deixar de receber o apoio da mãe suficientemente boa, que tolera as ameaças

e agressões do recém-nascido, que o bebê cresce, se desenvolve e amadurece. E naturalmente passará da dependência absoluta para a dependência relativa, o que é essencial para o seu amadurecimento.

A dependência absoluta refere-se ao fato de o bebê depender inteiramente da mãe para ser, num total processo de simbiose com a mãe. Por esse meio, ocorre, como foi dito anteriormente, a identificação primária, na qual não existe separação: o bebê acredita que a mãe é ele, o que indica o desejo de onipotência e o pensamento que pode tudo e que a mãe deve ficar à sua disposição. Nesse momento, é importante que o desejo não seja rompido e o ambiente deve ser protegido pelos pais com intenso cuidado. Na próxima fase, refere-se que, se não for rompido esse desejo de onipotência, a criança pensa que pode tudo. Quando acontece a ruptura da mãe com o bebê, ocorrem momentos de sofrimento, estando as experiências de frustração associadas à criação de seus limites. O mundo não é da criança, libertando-a do narcisismo ou egocentrismo inato.

Na progressão da dependência absoluta até a dependência relativa, Winnicott menciona a integração, a personalização e o início das relações objetais.³ Referente à integração e à personalização, Winnicott relata em seu livro *A família e o desenvolvimento individual* que “[...] com um ano, a maioria das crianças já adquiriu de fato o status de indivíduo. Em outras palavras, a personalidade tornou-se integrada.” (2005, p. 6). O bebê, depois de um estado de não integração, consegue, através de uma unidade com o meio, com uma mãe suficientemente boa, que é capaz de colocar-se como um ego auxiliar junto ao bebê, formar uma unidade integrada, ou seja, o bebê integra seu próprio ego e adquire a sensação de que alguém encontra-se no próprio corpo, ou seja, se estabelece a fase da personalização, que forma a percepção do esquema corporal, mente e corpo de todo sujeito.

É no período de dependência relativa que o bebê forma conceitos como os referentes ao mundo interno e ao externo, ao eu e ao não eu, bem como é nesse momento que vive, ora momentos de integração, ora momentos de não integração, e, aos poucos, vai desenvolvendo meios para ir além do cuidado maternal, pois já tem parcialmente a confiança do ambiente internalizada. A tese básica do autor é a de que a mãe está envolvida profundamente com o bebê, provocando uma autopercepção para a criança, porque, como visto, a característica primeira é que nas primeiras semanas a mãe é ele mesmo. Quando o bebê consegue perceber que a mãe é outro sujeito, vai construindo sua personalidade, o seu *self*, ou seja, a ideia de si mesmo, de singularidade, individualidade e identidade de cada um.

³ Sobre as relações objetais trataremos mais adiante no ítem 1.2 do atual capítulo.

A psicanálise winnicottiana implica uma teoria do amadurecimento humano. Como vimos, as bases da saúde mental do indivíduo são estabelecidas nos estádios iniciais do desenvolvimento e envolvem basicamente os processos de maturação, que são tendências herdadas, e as condições ambientais necessárias para que eles se realizem. Mas não é o ambiente que faz o bebê crescer, nem determina o sentido desse crescimento. Esse espaço apenas facilita, quando for suficientemente bom, o processo de maturação. A única herança admitida por Winnicott é o potencial inato para o amadurecimento.

Para concluir essa etapa e tornar mais compreensiva a importância do outro e do ambiente rumo ao desenvolvimento humano, recorreremos à citação de Winnicott, no seu livro *Os bebês e suas mães*:

Para que o potencial hereditário venha a ter uma oportunidade de atualizar-se, no sentido de que venha a manifestar-se no indivíduo, é necessário que as condições ambientais sejam adequadas. É conveniente usar uma expressão do tipo “maternagem suficientemente boa” para transmitir uma concepção não idealizada da função materna; mais ainda, é importante ter em mente o conceito de dependência absoluta, do bebê em relação ao ambiente, que se transforma rapidamente em dependência relativa, sempre numa trajetória em direção à independência que jamais é alcançada. Independência significa autonomia; a pessoa tornar-se viável como pessoa e também fisicamente uma unidade independente (2006, p. 80).

Por seguinte, rumo à fase de independência, inicia a fase da ruptura, quando o bebê percebe que existe o mundo, existe sua mãe, ele e o mundo, bem quando surge o objeto transicional que mantém a segurança do bebê, tendo um caráter de intermediação entre mundo interno e externo do bebê.

1.2 A teoria das relações objetais e a constituição de identidade

Como ponto de partida, objetivamos nesse item explicitar alguns conceitos de Winnicott como fenômenos transicionais, objetos transicionais e experiência da transicionalidade, sendo essa experiência que traduz a importância do outro, bem como a negação da transicionalidade e o conceito da constituição da identidade para Winnicott.

O bebê, ao conquistar a integração, atinge um momento importante, pois coloca à sua frente a realidade externa, que será possível por meio do estabelecimento das relações objetais. A relação entre o bebê e o objeto transicional é o que Winnicott denomina de fenômenos transicionais e o espaço onde ocorre essa relação é denominado espaço transicional.

Já objeto transicional, para Winnicott, são objetos que podem aparecer em forma de qualquer suporte da realidade, visto que o que importa é a função que eles desempenham e não o objeto em si. Os objetos podem ser ursinhos de pelúcia, brinquedos, pontas de travesseiro, algum paninho ou mesmo o próprio dedo. A esse respeito, observa Winnicott:

Espero que se entenda que não me refiro exatamente ao ursinho da criança pequena ou ao primeiro uso que o bebê dá a seu punho (polegar e dedos). Não estou estudando especificamente o primeiro objeto das relações de objeto. Estou interessado na primeira posse e na área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido (1975, p. 15).

Esses objetos são tratados como uma posse exclusiva, amados e odiados com grande paixão e não representam somente o estado simbiótico de amor com a mãe, mas sentimentos de raiva e destruição. Constituem-se como mediadores entre a experiência de estar fundido e ser separado do objeto amado. O objeto transicional representa a primeira posse de não ego, o não eu da criança. Ou seja, para que a criança evolua do estado de dependência absoluta, essencial nos estágios mais primitivos, para uma condição de autonomia possível, é preciso que ela primeiro tenha a percepção de que pode existir algo que não faz parte dela, o que Winnicott chama de primeira posse não eu, representada pelo objeto transicional.

Geralmente esses objetos são de exclusividade do bebê, sendo que somente ele poderá se desfazer dele, pois são esses objetos que proporcionam segurança e confiança para ele continuar na sua evolução, ou seja, amadurecendo e evoluindo para outras fases do desenvolvimento. São esses objetos, ainda, que ajudam na evolução da identificação primária do bebê, em total simbiose com a mãe para a próxima etapa de dependência relativa. Desse modo, lança-se rumo à independência e, por consequência, a uma possível saudável autonomia e socialização.

Desse modo, as relações objetuais podem ser consideradas como algo indispensável para a transição da onipotência para a integração. Quando o relacionamento entre mãe e bebê é satisfatório, ele propicia no bebê um uso simbiótico, significativo de determinados objetos.

É nesse sentido que sinaliza o papel dos chamados objetos transicionais na construção do *self* do bebê, pois o objeto transicional entra como condição da construção da identidade do bebê. As relações objetuais precisam ser desenvolvidas com suficiência e, não ocorrendo isso, podem ocorrer implicações para a construção do *self*.

Os objetos transicionais surgem quando a criança já está com a confiança da permanência do amor do outro internalizada. O objeto, em outras palavras, substitui o seio da mãe, ou seja, a mãe já conseguiu suportar os ataques agressivos do filho, sem privá-lo do amor, o que representa para o bebê a existência interna de uma mãe confiável que possibilitou a sua autonomia na capacidade de estar só. Não se pode esquecer que as questões de privações são necessárias, tais como a exposição (ainda que involuntária) da criança a momentos de dificuldades, como o frio ou a fome. Do ponto de vista das necessidades físicas, isso leva a criança a perceber suas fraquezas. Do ponto de vista moral, a leva à percepção de sua não onipotência.

Como dito antes, para Winnicott, a relação que se estabelece entre o bebê e o objeto transicional compreende-se por fenômenos transicionais que iniciam aproximadamente no segundo semestre da vida, quando, após a experiência de angústia e desilusão de não onipotência, o bebê começa a apresentar alguns sinais de amor e ódio em relação ao objeto. O relacionamento com o objeto, efetivado, por exemplo, no ato de levar à boca algum objeto externo ou segurar algum pedaço de tecido, sugere os primeiros sinais da experiência de transicionalidade. Esses somente são possíveis depois da mãe internalizada, quando o bebê evoluiu do estado de identificação primária com a mãe para o reconhecimento desta como algo externo a ele.

Para Winnicott, essas atividades têm uma característica comum, de vital importância para o bebê, pois marcam o início do momento da criação, ou, conforme dito anteriormente, de um espaço intermediário entre a realidade interna e externa. No início da passagem da dependência absoluta para a dependência relativa, os objetos transicionais exercem essa função de amparo, por substituírem a mãe, que, frente às suas necessidades pessoais, como por exemplo de trabalho, desilude o bebê, rompendo a relação. A experiência da transicionalidade marca o início da dissociação simbiótica da unidade mãe e bebê, demarcando a importância do outro na existência do indivíduo, visto que se reconhece diferente, dissociado da mãe e igualmente precisa do outro para desenvolver-se.

Isso implica, então, que à medida que a integração torna-se mais consistente, o amadurecimento exige que, vagarosamente, algo do mundo externo se misture à área de

onipotência do bebê. Ser capaz de adotar um objeto transicional já anuncia que esse processo está em curso e, a partir daí, algumas mudanças surgem. O bebê que está passando para a dependência relativa já pode se tornar consciente da necessidade do cuidado do outro ou especificadamente da necessidade do cuidado materno. É importante ressaltar que, segundo Winnicott, a independência nunca é absoluta. O indivíduo sadio não se torna isolado, mas se relaciona com o ambiente de tal modo que pode se dizer que ambos se tornam interdependentes, a experiência da transicionalidade marca essa interdependência com o outro.

A relação de união, bem como o desligamento do objeto transicional, ficam na mente do indivíduo como um espaço. Winnicott acredita que há três espaços psíquicos. O interno, o externo e o transicional. O espaço transicional é o espaço onde ocorre a relação entre o bebê e o objeto transicional, é uma zona intermediária, que vai do narcisismo primário à percepção da realidade. No início do desenvolvimento, há objetos que não são internos nem externos, só depois virá a diferenciação entre ambos. É nesse espaço interno que se produz, mais adiante, na evolução e desenvolvimento do indivíduo, o âmbito das atividades criativas, como as artes ou a música, que representam a possibilidade das manifestações do mundo interno para o exterior. Essa relação sugere o desabrochar do potencial criativo da criança.

Desse modo, na presença de condições favoráveis, à medida que se desenvolvem os interesses culturais, o objeto transicional do bebê vai sendo gradualmente desinvestido. É o que Winnicott descreve como experiência da transicionalidade enquanto perda do objeto para que surja o sujeito. Porém, uma parte dessa área intermediária de experimentação será conservada na vida adulta, no plano das manifestações criativas. Poderíamos dizer que os objetos transicionais são os precursores da capacidade cultural da criança.

Como dito antes, trata-se da relação da criança com sua primeira possessão não eu, ou seja, a relação com o objeto transicional. Assim, pode-se dizer que o campo transicional é constituído no desdobramento entre o subjetivo e o objetivo. Os objetos e fenômenos transicionais pertencem ao domínio da ilusão, que está na base do início das experiências que marcam o desenvolvimento emocional precoce. Adentramos, assim, no plano da constituição psíquica da identidade, sendo de suma importância lembrarmos e termos claro no início de nossa tentativa de resgatar o conceito de constituição de identidade que, para Winnicott, o ambiente é primordial no desenvolvimento do indivíduo. A educação que o bebê recebe, ou seja, os cuidados e o bom ambiente no qual é inserido são fatores que possibilitam um saudável desenvolvimento da constituição da identidade.

Conforme destacado anteriormente, o bebê inicialmente é uma unidade com sua mãe, como uma simbiose, e vive um estágio de dependência absoluta. Desde muito cedo já experimenta sentimentos como raiva e ódio e a forma como ele irá se relacionar com o meio ambiente e exatamente como a mãe irá atender essas necessidades de dependência absoluta será determinante e decisiva na constituição de sua identidade. Trata-se, pois, de uma compreensão diferente relativamente à percepção freudiana clássica em que o modelo de estrutura psíquica (id, ego e superego) fica restrita ao desdobramento das pulsões libidinosas, não evoluindo para a relevância dos cuidados do outro.

Winnicott afirma que “a base da personalidade estará sendo bem assentada se o bebê for segurado de uma forma satisfatória” (2006, p.54). Isso implica então que, em sua visão, já nos primórdios da existência se consolidava como fundamental para a constituição da identidade a inter-relação com o outro, desde o simples modo como a mãe coloca o bebê no colo e o carrega. Esses pequenos contextos vão formando as bases psíquicas entre o inato, a própria realidade psíquica e um esquema corporal pessoal, portanto, o *holding*, necessário desde a dependência absoluta até a autonomia do bebê, já prepara os espaços psíquicos entre o bebê e sua mãe, ou seja, o autor deixa muito claro que o indivíduo que se desenvolve sob os cuidados de uma mãe suficientemente boa está construindo as bases saudáveis do seu amadurecimento, pois, nasce como um conjunto desorganizado de pulsões, instintos, capacidades perceptivas e motoras que, conforme progride o desenvolvimento, vão se integrando, até alcançar uma imagem de si e do mundo externo.

Winnicott nos apresenta uma forma particular de compreender a constituição do ser humano como uma identidade unitária, o si mesmo, que coloca em lugar central a relação de identificação primária da mãe com o seu bebê, considerando a relação entre ambiente e indivíduo em todos os processos de constituição do eu. Assim, de acordo com a teoria do amadurecimento pessoal, o ser humano parte de um estado de não integração inicial com tendências herdadas para o amadurecimento e necessita do outro para essa evolução ocorrer. Ele vai precisar de um mãe-ambiente que se identifique com ele e o ajude a integrar-se.

Referente às necessidades inatas, Winnicott relata em seu livro *A família e o desenvolvimento individual* que “no universo psicológico, há uma tendência ao desenvolvimento que é inata e que corresponde ao crescimento do corpo e ao desenvolvimento gradual de certas funções” (2005, p. 5). Confirma que todo bebê nasce com tendências inatas ao desenvolvimento e que necessita de cuidados físicos e emotivos

adequados para uma saudável evolução psíquica. Em seu livro *Os bebês e suas mães*, Winnicott menciona, a respeito da constituição do eu, que

é impossível descrever um bebê ou uma criança pequena sem que se inclua uma descrição dos cuidados que ela recebe, e que só gradualmente vão se transformando em algo separado do indivíduo. Em outras palavras, os processos de maturação, facilitados de uma forma extremamente complexa pelos seres humanos que cuidam do bebê, terminam por fazer com que a criança repudie o que é o não – EU vindo a constituir o EU. Chega o momento em que, se a criança pudesse falar, diria EU SOU (2006, p. 47).

Por conseguinte, na teoria Winnicotiana evidencia-se a constituição gradual da identidade unitária como fundamento de saúde, enfatizando a relação do amadurecimento da criança com os estados emocionais da mãe, mostrando que os modos de ser e de cuidar afetam o desenvolvimento do bebê. Sobre essa questão, o autor ainda acrescenta que

em geral, estas coisas são possíveis principalmente porque a dependência que é absoluta a princípio, mas caminha gradualmente para a independência foi aceita como fato e preenchida por seres humanos que se adaptaram as necessidades do indivíduo em desenvolvimento, sem ressentimentos e em função de um sentimento natural de fazer parte, que pode ser convenientemente chamado de amor (2006, p. 78).

A realidade psíquica pessoal se processa de acordo com as experiências que o bebê acumulou, resultando na capacidade de autoconfiança ou não. Conforme Winnicott, “amar significa cuidar da mãe ou do objeto substituto como ela cuidou da criança – uma prefiguração da atitude de responsabilidade adulta” (2005, p. 20). O autor sugere, pois, que o fato de as crianças serem amadas por suas mães fornece-lhes as condições ideais para tornarem-se indivíduos autônomos e solidários por serem capazes de identificarem-se com os outros, e, por fim, por serem capazes de colocarem-se no lugar do outro, tornando-se, mais tarde, na sociedade, possíveis cidadãos confiantes e responsáveis.

Como dito antes, o papel da mãe é prover o bebê de um ego auxiliar que lhe permita integrar suas sensações corporais, os estímulos ambientais e suas capacidades motoras inatas. Quando a mãe não fornece a proteção necessária ao frágil ego do recém-nascido, a criança perceberá essa falha ambiental como uma ameaça à sua continuidade existencial, a qual, por sua vez, provocará nela a vivência subjetiva de que todas as suas percepções são uma resposta

diante do perigo a que se vê exposta. Pouco a pouco, procura substituir a proteção que lhe falta por uma proteção imaginada por ela.

Ao mesmo tempo, Winnicott nos diz que a mãe boa é a que responde à onipotência do bebê e, de certo modo, dá-lhe sentido. Mostra, com isso, que a mãe que não é suficientemente boa é aquela incapaz de cumprir a onipotência da criança, pelo que repentinamente deixa de responder ao gesto desta, colocando, em seu lugar, seu próprio gesto, alocando a criança numa área de submissão, constituindo a primeira fase do *self* falso, própria da incapacidade materna para interpretar as necessidades da criança, sinalizando o início da negação da transicionalidade.

À medida que o desenvolvimento progride, a criança tem um ego relativamente integrado e tem nela despertada a sensação de que existe um eu, um si próprio, e de que este habita o seu corpo. Ela e o mundo são duas coisas separadas. Já na etapa seguinte a mãe tem o papel de prover a criança com os elementos da realidade com que irá construir a imagem psíquica do mundo externo. A realidade simbiótica do meio ao bebê se torna relativa, através de um delicado processo gradual de falhas em pequenas doses. A mãe, por exemplo, possibilita pequenos espaços de solidão ao bebê para que ele possa experimentar o sentimento do ausentar-se e consiga internalizar psicologicamente a mãe presente e ausente. Cabe lembrar que tanto o excesso de presença quanto de ausência da mãe não se torna salutar para o desenvolvimento satisfatório do bebê.

Para Winnicott, a mente se desenvolve através da capacidade de compreender e compensar as falhas. Assim, podemos pensar que no momento que a mãe ambiente começa a falhar, começa a existir o bebê enquanto realidade. Isso nos remete a pensar que o desenvolvimento da constituição da identidade também necessita de experiências mal sucedidas. O outro, no caso a mãe, enquanto elemento socializador, é essencial para o desenvolvimento sadio do bebê. A constituição da identidade se faz socialmente, interligada com a experiência da transicionalidade. Desse modo, a relação inicial da mãe com o bebê, de atendimento total e absoluto das necessidades deste, progressivamente rumo para o gradual não atendimento total ao bebê para que sua função mental se desenvolva satisfatoriamente, possibilitando a construção do próprio *self*, independente da mãe.

O fato de as mães dedicarem total atenção ao recém-nascido ajuda a desenvolver a noção de unidade, de interdependência entre duas pessoas. Dessa relação saudável que ocorre entre a mãe e filho emergem os fundamentos da constituição de identidade da pessoa e do desenvolvimento emocional da criança, inicialmente dissociado e depois interligado e

organizado com o outro e seu meio. O êxito do desenvolvimento, que permite avançar no sentido do objeto percebido como exterior ao *self*, está intimamente ligado à capacidade da criança de se sentir real, o que é propiciado pela mãe suficientemente boa. Essa capacidade tem ainda que se harmonizar com a noção de se sentir real no mundo e de sentir que o próprio mundo é real.

Dessa forma, importante reiterar que as bases da saúde mental são estabelecidas nos primórdios da infância pelo provimento de cuidados dispensados à criança por uma mãe suficientemente boa. Essa é uma etapa do desenvolvimento especialmente delicada. Se tudo correr bem e o meio ambiente for satisfatório, não há perda do sentido do *self*, porém, quando negada a experiência da transicionalidade, a constituição da identidade se perde, a criança fica na impossibilidade de atribuir significado à importância do outro e de si mesmo, visto que, para o bebê, o meio ambiente criado e subjetivado é o mesmo ambiente percebido. Se este não for adequado à criança, fica na impossibilidade de atribuir significado e organizar suas experiências. Desse modo, o fracasso ambiental pode ser o ponto de partida para todos os estados patológicos de sua evolução, visto que seu próprio mundo interno ainda não está organizado. O bebê, portanto, provavelmente renunciará o seu *status* de unidade, autonomia e de reconhecimento do outro.⁴

O modo como Winnicott mostra compreender a relação da mãe e do bebê e como trata das questões da primeira infância aponta contribuições para a educação infantil, principalmente nas primeiras semanas de desenvolvimento do bebê, que são decisivas para o amadurecimento da criança. Nesse sentido, para Winnicott, a mãe suficientemente boa não tem necessariamente manuais e sim um bom instinto materno, que lhe conduz a uma adequada maternagem.

Seria relevante, nessa perspectiva, problematizar e dar continuidade, neste estudo, a uma reflexão, diante de todo esse quadro favorável, sobre o fato de que certamente há ambientes e mães não favoráveis que desencadeiam possíveis carências e déficits nos bebês. No contexto contemporâneo, não necessariamente são os pais os responsáveis pela formação da criança e muito dessa responsabilidade é transmitido à escola. Poder-se-ia questionar o que pode fazer a escola e onde entra o papel desta na continuidade de formação de indivíduos com possíveis consequências de um ambiente não facilitador na primeira infância, bem como importante olhar para como pode ser entendido o papel do educador nesse contexto.

⁴ Indiscutivelmente, muitas dessas concepções ainda podem ser lapidadas e esculpidas, sendo, inclusive, pertinente, a sugestão de um questionamento e de uma problematização em um estudo futuro.

Conforme nos questiona Winnicott, “O que almejamos na educação das crianças? Esperamos que cada uma aos poucos adquira um sentido de segurança” (2005, p. 44).

Em apenas um breve recorte da teoria, Winnicott deixou muito claro que o ato de brincar pode (e muito) substituir o ambiente não facilitador oferecido na primeira infância. Winnicott, em seu livro *O brincar e a realidade*, afirma que “é com base no brincar, que se constrói a totalidade da existência experiencial do homem” (1975, p. 93). Isso nos leva à possibilidade de pensar, sob um viés pedagógico, como poderiam ser oferecidas as brincadeiras na primeira infância. Do ponto de vista pedagógico, poderíamos pensar que a teoria Winnicotiana nos fornece subsídios para a responsabilidade do educador enquanto provedor de um ambiente suficientemente bom, um educador comprometido com o sujeito em formação, educando o indivíduo para a autonomia, confiança, segurança, respeito de si e do outro, reconhecendo sua independência e, ao mesmo tempo, sua intensa interdependência com o outro e o ambiente.

É o ambiente circundante que torna possível o crescimento de cada criança; sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrola-se com distorções. Ademais, por não haver duas crianças rigorosamente idênticas, requer-se de nós que nos adaptemos de modo específico às necessidades de cada uma. Isso significa que todo aquele que cuida de uma criança deve conhecê-la e trabalhar com base numa relação viva e pessoal com o objeto de seus cuidados, e não aplicando mecanicamente um conhecimento teórico. Basta estarmos sempre presentes, e sermos coerentemente iguais a nós mesmos, para proporcionarmos uma estabilidade que não é rígida mas viva e humana (WINNICOTT, 2005, p. 45).

Enfim, a teoria Winnicotiana nos leva a pensar na educação orientada para a formação autônoma do indivíduo e desafia o educador a pensar sobre a importância da educação construída pelo afeto, respeitando as necessidades e especificidade de cada sujeito. A análise e sistematização das ideias-chaves de Winnicott nos levam ao conceito de reconhecimento amoroso de Honneth.⁵ Conforme Honneth, a etapa de reconhecimento amoroso “constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito” (2003, p. 177).

Nesse sentido, podemos observar que ambos reconhecem a fusão originária entre mãe e filho nos primeiros meses de vida, bem como resta claro que se o rompimento entre esses

⁵ Aprofundar um estudo sobre a teoria de Winnicott e Honneth, bem como proceder à aproximação Honnetiana da teoria de Winnicott foi sugestão do professor Angelo Vitorio Cenci, orientador deste trabalho. O conceito honnethiano de reconhecimento amoroso será desenvolvido a partir do segundo capítulo deste trabalho.

indivíduos ocorrer de forma bem sucedida e adequada, começa a descortinar-se um caminho para possíveis relações saudáveis entre adultos.

2 HONNETH E O RECONHECIMENTO AMOROSO

O objetivo do capítulo que se inicia consiste em apresentar os padrões de reconhecimento intersubjetivo – o amor, o direito e a solidariedade – da teoria de Axel Honneth, expressada no livro *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*, para, depois, explicitar o sentido atribuído pelo autor ao reconhecimento amoroso.⁶ De maneira sistemática, é apresentada a distinção das três esferas do reconhecimento, a saber, a dos afetos e da autoconfiança; a dos direitos e do autorrespeito; a da solidariedade social e da autoestima. Devido à amplitude do tema, o reconhecimento amoroso será especificado como aprofundamento e tema do terceiro capítulo.

Como o trabalho de Honneth concentra-se em filosofia social, especialmente nas relações entre reconhecimento e respeito, um dos seus temas centrais é a importância das relações intersubjetivas de reconhecimento para o entendimento das relações sociais. Conforme Honneth, essas relações de reconhecimento começam a se constituir desde muito cedo:

No processo de formação individual a criança pequena deve ter se identificado, num primeiro momento, com suas pessoas de referência; deve tê-las reconhecido emocionalmente antes de poder chegar a um conhecimento da realidade objetiva através das perspectivas daquelas (2007, p. 71).

Honneth destaca a falta de reconhecimento na base dos conflitos interpessoais e sociais. Nesse sentido, é herdeiro da tradição habermasiana e sua concepção de intersubjetividade é construída, com mais profundidade, em *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, que remonta aos trabalhos de filosofia social de Hegel. Honneth retoma, na filosofia hegeliana, a importância do reconhecimento intersubjetivo na

⁶ Axel Honneth é um filósofo e sociólogo crítico alemão, nascido em 1949. Desde 2001, é diretor do Instituto para Pesquisa Social vinculado à Universidade de Frankfurt. Também é professor de Filosofia Social na mesma universidade, desde 1996. Atua no campo da filosofia social e prática, é atual representante da tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt. O nome de Axel Honneth está ligado ao projeto de relançamento da tradição da Teoria Crítica, através da teoria do reconhecimento recíproco, cujo programa está contido em seu livro publicado no Brasil como *Luta por reconhecimento - A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, em 2003. Honneth foi assistente de Habermas – o filósofo frankfurtiano da "segunda geração" – entre 1984 e 1990 e é a figura mais destacada do que pode ser chamada a "terceira geração" da Escola de Frankfurt. Segundo Marcos Nobre, a “Escola de Frankfurt designa, antes de tudo, uma forma de intervenção político-intelectual no debate político alemão do pós-guerra, tanto no âmbito acadêmico como no da esfera pública entendida mais amplamente.” (HONNETH, 2003, p. 8).

autorrealização de sujeitos. Complementa Hegel com a psicologia social de Mead, a ética comunicativa de Habermas e a teoria das relações de objeto de Winnicott. É nesse contexto que buscaremos, na conclusão do presente estudo, especificar Honeth e a teoria da relação de objetos de Winnicott. Nesse âmbito, tomaremos como ponto de partida algumas premissas fundamentais de Honneth.

2.1 Premissas fundamentais da teoria do reconhecimento de Honneth

Honneth afirma que é por meio do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma autorrelação marcada pela integridade pessoal. Para o autor, os sujeitos são constituídos em suas interações, sendo que eles só conseguirão formar uma autorrelação positiva caso se vejam reconhecidos por seus parceiros de interação, ou seja, a identidade pessoal possui uma estrutura intersubjetiva. Para Honneth, há uma forte presença da intersubjetividade que conduz ao reconhecimento como uma matriz ética, onde possivelmente se iniciam os conflitos do ser humano.

O autor desenvolve sua teoria a partir de três modos de reconhecimento: o amor, podendo ser referido à dedicação emotiva; o direito, que diz respeito à pessoa enquanto autônoma, ou seja, ao respeito cognitivo; e a solidariedade, que se refere à estima social. A partir dessa configuração, a estrutura das relações de reconhecimento abrange três dimensões fundamentais da vida individual e social. A dimensão do amor, correspondendo a uma significação de autoconfiança individual; a dimensão do direito, associada à dimensão do autorrespeito do indivíduo; e a dimensão da solidariedade, que designaria a autoestima individual.

Buscando construir uma teoria social de caráter normativo, Honneth parte do princípio de que o conflito é intrínseco tanto à formação da intersubjetividade quanto dos próprios sujeitos. E, assim, conceitos como intersubjetividade, conflito, reconhecimento e interação são aludidos e decorrem das múltiplas fontes analíticas que ele considerou. Porém, será no conceito de reconhecimento, desenvolvido sistematicamente por Hegel e logo aprofundado por Mead, conforme mencionado acima, que centrarão suas inquietações. A teoria do reconhecimento de Hegel foi a primeira referência da reflexão de Honneth e aparece articulada a Mead e a Winnicott, a quem o autor dedica-se com especial atenção.

Podemos então retomar as teses centrais buscadas por Honneth na teoria de Hegel e comprovadas empiricamente a partir da psicologia social de Mead e a teoria das relações objetais de Winnicott. A primeira tese e a premissa fundamental de toda a teoria do reconhecimento é a de que a constituição da identidade subjetiva individual pressupõe o reconhecimento recíproco entre indivíduos, ou seja, a pessoa é uma constituição intersubjetiva. A identidade pessoal possui fundamentalmente uma estrutura intersubjetiva. Honneth resgata Hegel, destacando que este “já pressupôs a existência de obrigações intersubjetivas na qualidade de uma condição quase natural de todo processo de socialização humana” (HONNETH, 2007, p. 43).

A segunda tese parte da premissa fundamental do reconhecimento acima exposta, ou seja, da teoria da intersubjetividade decorrente do modelo conceitual de Hegel, a qual afirma

a existência de formas diversas de reconhecimento recíproco, que devem distinguir-se umas das outras segundo o grau de autonomia possibilitada ao sujeito em cada caso: tanto no *sistema da eticidade* como na *Real philosophie*, estava inscrita pelo menos a tendência de supor, com o “amor”, o “direito” e a “eticidade”, uma série de três relações de reconhecimento, em cujo quadro os indivíduos se confirmam reciprocamente como pessoas autônomas e individuadas, em uma medida cada vez maior (HONNETH, 2007, p. 121).

Na terceira tese, Honneth vê o fechamento teórico do modelo conceitual de Hegel, o qual indica para a série das três formas de reconhecimento, o processo de formação que se realiza através da luta moral:

[...] no curso da formação de sua identidade e a cada etapa alcançada da comunitarização, os sujeitos são compelidos, de certa maneira transcendentalmente, a entrar num conflito intersubjetivo, cujo resultado é o reconhecimento de sua pretensão de autonomia, até então ainda não confirmada socialmente (HONNETH, 2007, p. 121)

Honneth resgata duas afirmações desse fechamento teórico de Hegel, que, de certa forma, fazem parte da esfera do avanço do sujeito, uma série de formas de reconhecimento recíproco, cuja falta ou privação ocasiona experiências de desrespeito, que, para Honneth, podem ser representadas pela luta por reconhecimento. Nesse sentido, resgatando inicialmente as teses centrais na teoria do reconhecimento de Hegel, adotou a premissa de Hegel, para

quem os indivíduos se inserem em diversos embates por meio dos quais constroem uma imagem coerente de si mesmos. Nessa perspectiva, assim como Hegel, Honneth defende a gênese social da identidade individual e social e vê a evolução moral da sociedade na luta por reconhecimento.

Honneth atualiza, dessa forma, a concepção hegeliana por meio da psicologia social de George H. Mead, que aprofunda o olhar intersubjetivista, defendendo a existência de um diálogo interno, entre impulsos individuais e a cultura internalizada e investigando a importância das normas morais nas relações humanas. De acordo com ele, nas interações sociais ocorrem conflitos entre o sujeito, a cultura e os pares que interage, por meio dos quais indivíduos e sociedade desenvolver-se-iam moralmente. Mead também embasa a ideia de reconhecimento em três tipos de relação: as primárias, guiadas pelo amor; as jurídicas, pautadas por leis, e a esfera do trabalho, na qual os indivíduos poderiam mostrar-se valiosos para a coletividade. Tratam-se de padrões de reconhecimento que se distinguem de acordo com o grau de autonomia que cada um deles propicia ao indivíduo.

Com essa análise, postura crítica, bem como com um exame das patologias sociais⁷ e uma perspectiva emancipatória, Honneth sistematiza sua teoria do reconhecimento, afirmando que "são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades" (2003, p. 156). Ele refina as categorias de relações apresentadas por Hegel e Mead, bem como recepciona a teoria Winnicottiana, extraindo de tais autores princípios para o detalhamento dos padrões de reconhecimento intersubjetivo do amor, do direito e da solidariedade.

⁷ Uma patologia social deve ser entendida, na perspectiva honnethiana, como "o resultado da incapacidade das sociedades de expressar adequadamente o potencial racional já inerente a suas instituições, suas práticas e suas rotinas cotidianas" (HONNETH apud CENCI, 2013b, p. 13).

2.2 A experiência do reconhecimento intersubjetivo: os padrões do amor, direito e solidariedade

A seguir, procuraremos explicitar as experiências do reconhecimento intersubjetivo nos padrões do amor, nos padrões do direito e nos padrões da solidariedade, bem como nas respectivas formas de desrespeito.

2.2.1 O padrão do amor

É possível então partir a hipótese de que todas as relações amorosas são impelidas pela reminiscência inconsciente da vivência de fusão originária que marcou a mãe e o filho nos primeiros meses de vida (HONNETH, 2003, p. 174).

Como dito anteriormente, Honneth atualiza os argumentos de Hegel e de Mead, resgatando três princípios orientadores deste estudo: o primeiro é o das relações emotivas, o segundo das relações de direito, e o terceiro das relações de solidariedade. O primeiro princípio diz respeito às relações emotivas que se concretizam por meio das relações de amor (afetivas),⁸ que seriam as mais significativas para a elaboração da dinâmica psíquica dos indivíduos. Para Honneth, o padrão de amor se materializa por meio dessas relações amorosas, que seriam as mais relevantes para a estruturação dos sujeitos. Nesse ponto, apoiou-se na psicanálise de Winnicott, buscando, na teoria Winnicotiana, a análise das relações entre mãe e bebê, verificando todas relações entre estes, enfim, toda a dinâmica conflitiva nelas envolvida.

Honneth sugere que tais relações passam por uma transformação, que vai do estado de simbiose completa, ou seja, da fusão completa entre mãe e bebê, até a dependência relativa, quando surge a possibilidade de autoconfiança. Nessa dinâmica conflitiva, ocorre um período de aprendizagem onde ambos saem da simbiose indiferenciada para a outra etapa de diferenciação. Visto que ainda dependentes um do outro, eles conseguem sobreviver

⁸ Amor e relações de amor, para Honneth, significam: “para falar de amor não se pensa no sentido restrito que o conceito recebeu desde a valorização romântica da relação íntima sexual, recomenda-se primeiramente um modo de emprego neutro o máximo possível: por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amigos e de relações pais/filho” (HONNETH, 2003, p. 159).

separados. Dessa dinâmica, surge a possibilidade de autonomia e da autoconfiança. E assim, em cada relação amorosa se atualiza a tensão dependência *versus* independência, originada da primeira fusão simbiótica entre mãe e bebê. E, como dito anteriormente, toda a autoconfiança do sujeito depende disso. Assim, Honneth concorda com a afirmação de Winnicott de que a cada relação amorosa na primeira infância é atualizada, aos poucos, a confiança básica do bebê em si mesmo e no mundo. Afirma Honneth:

a relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de auto-relação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico de desenvolvimento de todas as outras atitudes de auto-respeito (2003, p. 177).

Como se trata de um conceito chave para o presente estudo, estudaremos o conceito de reconhecimento amoroso no item 2.3 do presente capítulo e o aprofundaremos com especial atenção, o padrão das relações amorosas no terceiro capítulo.

2.2.2 O padrão do direito

Ter direitos nos capacita a “manter-nos como homens”, a olhar os outros nos olhos e nos sentir, de uma maneira fundamental, iguais a qualquer um. Considerar-se portador de direitos não é ter orgulho indevido, mas justificado, é ter aquele autorrespeito mínimo, necessário para ser digno do amor e da estima dos outros. De fato, o respeito por pessoas (...) pode ser simplesmente o respeito por seus direitos, de modo que não pode haver um sem o outro; e o que se chama “dignidade humana” pode ser simplesmente a capacidade reconhecível de afirmar pretensões (HONNETH, 2003, p. 196).

O segundo princípio norteador está relacionado com as relações de *direito*, norteadas por princípios morais universalistas. É importante, antes de iniciarmos a apresentação das especificidades do reconhecimento jurídico, realizarmos uma breve distinção em relação ao reconhecimento amoroso. Conforme Honneth,

da forma de reconhecimento do amor, como a apresentamos aqui com o auxílio da teoria das relações de objeto, distingue-se então a relação jurídica em quase todos os aspectos decisivos; ambas as esferas de interação só podem ser concebidas como dois tipos de um e mesmo padrão de socialização porque sua lógica respectiva não se explica adequadamente sem o recurso ao mesmo mecanismo de reconhecimento recíproco (2003, p. 179).

Diferentemente da reciprocidade do amor, o reconhecimento jurídico não depende de nenhuma simpatia desenvolvida entre os sujeitos; é apenas um respeito cognitivo, uma operação mental que, na passagem histórica para a modernidade, torna possível considerar todos os indivíduos do gênero humano como portadores de certo valor universal.

O reconhecimento jurídico continua o processo de autonomia individual iniciado nas relações amorosas. Assim, uma vez que o sujeito confia em suas capacidades, tornando-se autoconfiante e consegue obedecer a normas intersubjetivamente aceitas, ele pode interagir numa comunidade jurídica, onde terá que reconhecer todos os outros sujeitos como portadores de direitos, para, assim, ter reconhecido o seu *status* de pessoa de direito. Nesse aspecto, Honneth reitera:

Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (2003, p. 179).

Assim, por meio do direito, os sujeitos podem reconhecer-se reciprocamente como seres humanos dotados de igualdade. Honneth assinala que o que caracteriza essa igualdade humana é algo construído historicamente. As relações de direito pautam-se pelos princípios morais universalistas construídos na modernidade e a modernidade é marcada pela extensão dos atributos universais, ou seja, demonstra as lutas por reconhecimento travadas para a construção dos direitos civis, políticos e sociais, todos voltados para a configuração de cidadãos com igual valor. Portanto, os interesses coletivos e comuns a todo o grupo devem ser prioridades no sistema jurídico, não admitindo distinções, isenções, regalias ou gradações particulares para alguns grupos.

Conforme Honneth, “o sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios” (2003, p.181). Essas relações geram o autorrespeito, que se traduz na “consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2003, p. 195). Dessa forma, reconhecidos como membros de uma coletividade que atribui a seus membros deveres e direitos, experienciamos o autorrespeito, uma vez que somos depositários de um valor atribuído igualmente a todos os indivíduos. Nas palavras de Honneth,

a conclusão de que um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito” (2003, p. 197).

2.2.3 O padrão da solidariedade

[...] uma pessoa só pode se sentir “valiosa” quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais (HONNETH, 2003, p. 204)

Antes de iniciarmos a análise do terceiro modo de reconhecimento, é relevante resgatarmos a diferenciação que Honneth faz entre reconhecimento jurídico e a estima social:

No momento, é importante saber aqui apenas quais conclusões se podem tirar preliminarmente da comparação entre o reconhecimento jurídico e a estima social: em ambos os casos, como já sabemos, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal, que faz dele uma pessoa; no segundo caso, pelo contrario, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam, diferentemente de outras pessoas (2003, p. 187).

Portanto, no caso da forma de reconhecimento do direito, são postas em relevo as propriedades gerais do ser humano. No caso da valoração social, por sua vez, são postas em

relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua singularidade. A terceira dimensão do reconhecimento encontra-se no domínio das relações de solidariedade, que propiciam algo além de um respeito universal. Sobre o assunto, Honneth afirma: “Para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198). Os sujeitos humanos precisam, assim, de uma estima social que permita referir-se positivamente a suas capacidades.

O reconhecimento mediante a estima social se dá quando as contribuições e realizações de cada indivíduo são avaliadas de acordo com um quadro referencial, intersubjetivamente compartilhado, de valores e de objetivos éticos de uma dada coletividade. Assim, as propriedades da personalidade de cada um são medidas de acordo com o quanto se supõe que elas contribuem para a realização dos objetivos sociais ou para a implementação de valores culturalmente definidos. Daí decorre que, se for considerado membro de uma comunidade de valores, o sujeito pode experimentar, em maior ou menor grau, uma confiança emotiva, ou seja, a autoestima na apresentação de suas contribuições para a vida coletiva.

É na comunidade de valores que os sujeitos podem encontrar a valorização de suas características. Conforme Honneth, "nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida" (2003, p. 207). Portanto, o autor parte do princípio de que a terceira forma de reconhecimento – a comunidade de valores ou solidariedade – deve ser considerada um tipo normativo ao qual correspondem as diversas formas práticas de autorrelação valorativa. E, no contexto da sociedade moderna, no que se refere à solidariedade,⁹ está inerente, segundo Honneth, o

pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados e autônomos; estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente a luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum (2003, p. 210).

⁹ Honneth entende por relações solidárias as “que não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis” (2003, p. 210).

Pode-se pensar, com base nas lições de Honneth, que as relações sociais de estima simétrica sugerem que todo indivíduo autônomo tem a oportunidade de experienciar as suas capacidades como valiosas para sociedade.

2.2.4 Formas de desrespeito do reconhecimento recíproco

para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. Daí a experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em princípio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas. (HONNETH, 2003, p. 220)

Às três esferas do reconhecimento recíproco, Honneth associa, respectivamente, três formas de desrespeito: no padrão do amor, o desrespeito aparece na forma de maus tratos; no padrão do direito aparece na forma de privação de direitos e no padrão de solidariedade surge na forma de humilhação e ofensa.

A primeira forma de desrespeito é aquela que afeta a integridade corporal dos sujeitos e, assim, sua autoconfiança básica. A essa primeira esfera de reconhecimento, o amor, correspondem as formas de desrespeito definidas por Honneth como maus tratos e violação. Nessa forma de desrespeito, o componente da personalidade atacado é aquele da integridade psíquica, ou seja, não é diretamente a integridade física que é violentada, mas sim o autorrespeito que cada pessoa possui do seu corpo.

A denegação de direitos mina a possibilidade de autorrespeito, à medida que inflige ao sujeito o sentimento de não possuir o *status* de igualdade. À forma de reconhecimento do direito corresponde à forma de desrespeito intitulada privação de direitos. Nessa esfera do reconhecimento, o componente da personalidade que é ameaçado é aquela da integridade social. Também aqui o desrespeito se refere a um tipo específico de autorrelação, a saber, o autorrespeito.

Central para a análise das formas de desrespeito feita por Honneth é o fato de que todo o tipo de privação violenta da autonomia deve ser vista como vinculada a uma espécie de sentimento de injustiça, que ocupa um papel importante na análise que Honneth faz do direito.

Porém, apesar de Honneth ressaltar em um primeiro momento o papel do sentimento de injustiça, logo em seguida sua análise passa a considerar um tipo de respeito cognitivo da capacidade de responsabilidade moral, que o indivíduo social vivencia numa situação de desrespeito jurídico. Portanto, o que significa ser uma capacidade para responsabilidade moral de uma pessoa, deve ser medido no grau de universalização e também no grau de materialização do direito.

Mas se, por um lado, o rebaixamento e a humilhação ameaçam identidades, por outro, eles estão na própria base da constituição de lutas por reconhecimento. O desrespeito pode tornar-se impulso motivacional para lutas sociais, à medida que torna evidente que outros sujeitos impedem a realização daquilo que se entende por bem viver. A ideia é que "toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política" (HONNETH, 2003, p. 224).

À forma de reconhecimento da solidariedade corresponde a forma de desrespeito da degradação moral e da injúria. Honneth entende que a dimensão da personalidade ameaçada é aquela da dignidade. A experiência de desrespeito deve ser encontrada na degradação da autoestima, ou seja, a pessoa aqui é privada da possibilidade de desenvolver uma estima positiva de si mesma.

Para Honneth, todas essas formas de desrespeito impedem a realização do indivíduo em sua integridade. Justamente nesse aspecto Cenci deixa claro que "os indivíduos dependem de um contexto permeado por formas de interação social, regido por princípios normativos de reconhecimento mútuo e, quando as relações de reconhecimento são prejudicadas, surgem experiências de desrespeito ou humilhação com consequências lesivas para a formação de sua identidade" (2013, p. 4).

Para esclarecer as formas de desrespeito, Honneth apropria-se do conceito psicanalítico de patologia. Todas essas formas de desrespeito são, portanto, formas de patologias sociais. Assim, uma teoria do reconhecimento deveria ser capaz de indicar a classe de sintomas que os indivíduos atingidos pela forma de desrespeito em seu estado patológico deixam transparecer. No modelo das relações amorosas, o desrespeito como os sinais corporais do sofrimento psíquico deve ser visto como reação externa de sentimentos patológicos interiores ou psíquicos. Dessa forma, somente as experiências de injustiça que acarretam fenômenos patológicos devem ser consideradas fenômenos de desrespeito.

Com base nas considerações acima, podemos aprofundar o entendimento e a reflexão sobre a estrutura das relações sociais de reconhecimento observando a tabela sistemática descrita na p. 211 em *Luta por Reconhecimento* (2003):

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima Social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidade e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias(amor e amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores(Solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra” e dignidade

Nesse sentido, Honneth afirma que são esses conflitos intersubjetivos por reconhecimento, iniciados por implicações desrespeitosas durante as diversas etapas da vida e que são os responsáveis para o desenvolvimento moral da sociedade. Os diversos padrões de reconhecimento podem ser entendidos como mediações para formação da identidade de cada indivíduo. Ou seja, a nossa identidade é intersubjetiva, se faz com o outro mediante “o nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal.” (HONNETH, 2003, p. 272) e, portanto, só poderia ser construída nessa interação social. De acordo com Cenci, subjacente a essa linha argumentativa está a ideia de que

poderíamos pensar nas relações de reconhecimento recíproco como espaços que abrigam um potencial de formação não patológica da subjetividade humana, viabilizando, inclusive, colocar-se demandas formativas mais exigentes que aquelas já realizadas ou bloqueadas no âmbito das instituições ou da realidade social existente. O desenvolvimento de tais demandas deveria ser concebido, então como modo de fomentar o desenvolvimento de processos de individualização sob um prisma cooperativo (2013b, p. 20).

2.3 O conceito de reconhecimento amoroso

na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos pelo fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro (HONNETH, 2003, p. 160).

Para construção do conceito de reconhecimento amoroso, Honneth apoia-se na teoria Winnicotiana. É necessário resgatar nesse momento como se posicionava a psicanálise durante os estudos de Winnicott, visto ser um médico pediatra e psicanalista. No âmbito de uma psicanálise aberta à pesquisa, durante o período pós-guerra, Winnicott ampliou a representação ortodoxa da psicanálise clássica, desdobrando as representações das pulsões libidinosas da psicanálise ortodoxa para processos interativos. Conforme Honneth,

O que distingue de imediato da abordagem da tradição ortodoxa da psicanálise é uma percepção que pode ser inserida comodamente no quadro teórico formulado por Hegel e Mead: em seus primeiros meses de vida, a criança pequena depende a tal ponto da complementação prática de seu comportamento pelos seus cuidados maternos que ela representa uma abstração errônea quando a pesquisa psicanalítica a considera um objeto de investigação independente, isolada de qualquer pessoa de referência (2003, p. 164).

Ou seja, como bem observa Honneth, Winnicott defendia que o sujeito não era somente um modelo estrutural de id, ego e superego, mas sim uma dimensão de interações sociais, seja o outro, a família ou, em especial, a mãe, que por meio das relações emotivas assegura a constituição do sujeito enquanto indivíduo. Winnicott inclui o outro, a intersubjetividade em sua teoria, e formula a teoria das relações objetais, da qual Honneth se aproxima, o que o leva a argumentar:

A assistência com que a mãe mantém o bebê em vida não se conecta ao comportamento infantil como algo secundário, mas esta fundida com ele de uma maneira que torna plausível supor, para o começo de toda vida humana, uma fase de intersubjetividade indiferenciada, de simbiose portanto (HONNETH, 2003, p. 164).

Honneth recepciona a formulação de Winnicott no que se refere ao processo de amadurecimento infantil que ocorre através de uma “cooperação intersubjetiva de mãe e filho” (HONNETH, 2003, p. 165). É nessa concepção que apoiam seus estudos no reconhecimento amoroso, entendendo por relações amorosas todas as relações primárias que expressem fortes ligações emotivas, onde dois indivíduos sentem-se unidos pelo fato de serem dependentes. No estado primário de amor e dependência, as carências e os interesses são sentidos e percebidos mutuamente, ou seja, co-sentidos, corroborando Winnicott que, isolado de sua referência, o bebê não existe. Somente com a referência materna, ambos, a mãe e o bebê, através de uma cooperação mútua, aprenderão como se tornar autônomos.

Essas relações estão necessariamente ligadas à existência corporal de outras pessoas e a condição de atração e simpatia; assim, a condição nesse tipo de relação é de natureza carencial e afetiva, pois os indivíduos necessitam de amor e ao mesmo tempo buscam sua individualidade. Portanto, o princípio de reconhecimento em questão é o da necessidade do indivíduo. Essa categoria designa a primeira fase do desenvolvimento infantil, na qual a mãe e o bebê se encontram num estado de relação simbiótica, como dito anteriormente. A carência e a dependência total do bebê e o direcionamento completo da atenção da mãe para a satisfação das necessidades da criança fazem com que entre eles não haja nenhum tipo de limite de individualidade e ambos se sintam como unidade.

Assim, primeira forma de reconhecimento é aquela que possibilita à criança se sentir segura em estar sozinha, porque confia na continuidade do amor materno. Quando a criança experimenta a confiança no cuidado paciente e duradouro da mãe, ela passa a estar em condições de desenvolver uma relação positiva consigo mesma. Nessa etapa de reconhecimento amoroso, ele introduz os primeiros elementos da sua teoria do reconhecimento a partir da categoria da dependência absoluta, de Winnicott.

Aos poucos, com o retorno gradativo aos afazeres da vida diária da mãe, o estado de simbiose entre mãe e filho vai se dissolvendo por meio de um processo de ampliação da independência de ambos, pois, com a volta à normalidade da vida, a mãe não está mais em condições de satisfazer as necessidades da criança imediatamente. Em decorrência disso, ao ter vivenciado de maneira completa o processo de crescente autonomia em relação à figura materna quando criança, o sujeito adulto pode se sentir confiante para manifestar suas próprias carências e sentimentos, e acreditar que será reconhecido e aceito pelas outras pessoas com quem estabelece relações afetivas. Hegel chama essa experiência do amor intersubjetivo de “ser si mesmo em um outro” (HONNETH, 2003, p. 175). Nessa fase, a

criança reconhece a mãe não mais como uma parte do seu mundo subjetivo, mas como um objeto com direitos próprios.

Além disso, o amor corresponde à etapa de reconhecimento em que ocorre a socialização primária do sujeito, ou seja, em que a criança internaliza as normas sociais básicas. Essa relação de reconhecimento, ao tornar o sujeito apto a participar de interações normativamente reguladas, e ao lhe garantir a vivência da autoconfiança fundamentada na segurança emotiva, “precede tanto lógica, como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2003, p. 177), conforme citado anteriormente.

Honneth chama essa nova capacidade da criança de autoconfiança. A expressão prática da autoconfiança é a “capacidade de estar só”: “a criança pequena, por se tornar segura do amor materno, alcança uma confiança em si mesma que lhe possibilita estar a sós despreocupadamente” (HONNETH, 2003, p.174). De posse dessa capacidade, a criança está em condições de desenvolver de forma sadia a sua personalidade. Esse desenvolvimento primário da capacidade de autoconfiança é visto por Honneth como a base das relações sociais entre adultos e sustenta que o nível do reconhecimento do amor é o núcleo fundamental de toda a moralidade. Portanto, esse tipo de reconhecimento é responsável não só pelo desenvolvimento do autorespeito, mas também pela base de autonomia necessária para a participação na vida pública. Assim, é significativo pensarmos com Honneth que

é possível então partir da hipótese de que todas as relações amorosas são impelidas pela reminiscência inconsciente da vivência de fusão originária que marcara a mãe e o filho nos primeiros meses de vida; o estado interno do ser-um simbiótico forma o esquema da experiência de estar completamente satisfeito, de uma maneira tão incisiva que mantém aceso, às costas dos sujeitos e durante toda sua vida, o desejo de estar fundido com uma outra pessoa. Todavia, esse desejo de fusão só se tornará o sentimento do amor se ele for desiludido a tal ponto pela experiência inevitável da separação que daí em diante se inclui nele, de modo constitutivo, o reconhecimento do outro como uma pessoa independente; só a quebra da simbiose faz surgir aquela balança produtiva entre delimitação e deslimitação (2003, p. 174).

Portanto, é a partir desse movimento na dinâmica dos processos de amadurecimento pessoal, entre dependência e independência que o sujeito vai estruturando sua autonomia e personalidade. Já o componente ameaçado da personalidade do sujeito nas relações amorosas é a integridade física e o desrespeito que se dá através de maus-tratos e violação. Não apenas pela dor corporal, mas por provocar o sentimento de sujeição à vontade do outro. Honneth, recoloca em cena os aspectos intersubjetivos do agir humano, compreendendo os atos

destrutivos do bebê não como uma expressão frustrante, mas como um meio construtivo nos quais a criança pode chegar a um reconhecimento da mãe como um ser de propriedades particulares. Desse modo, o indivíduo preservaria a chance de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações, como significativas para a sociedade. A integridade do ser humano deve-se a esse padrão de reconhecimento que, ao ser negado, dificulta ao sujeito em sua liberdade de ação, inflige-lhe danos e fere a compreensão positiva de si mesmo.

Para concluir, pertinente reflexão embasada na observação de Cenci de que

se as experiências de desrespeito constituem-se como a principal patologia das sociedades contemporâneas, como defende Honneth, então uma formação dos sujeitos orientada pelo princípio do reconhecimento recíproco ganharia uma relevância ímpar para pensar-se em possibilidades educativas em perspectiva emancipatória no atual cenário de sociedades complexas e pluralistas (2013b, p. 16).

A partir da perspectiva acima oferecida por Cenci, seria indispensável que nossa educação descortinasse novas possibilidades, considerando o atual contexto de uma sociedade complexa e plural. Isso possibilitaria rever o lugar da escola como o espaço coletivo, onde sujeitos se constituem cidadãos social e culturalmente, possibilitando, sobretudo às crianças, interpretarem o mundo social, reinventando novas maneiras de agir, com ações menos competitivas e mais cooperativas, permitindo rever criticamente o seu próprio um mundo, levando-os a pensar a educação orientada para a formação autônoma do indivíduo. Talvez seja esse um dos maiores desafios descortinados a partir da teoria de Honneth, qual seja, o desafio do educador, mesmo nesse contexto globalizado, complexo e plural, de pensar sobre a importância da educação construída pelo afeto, respeitando as necessidades e especificidades de cada sujeito.¹⁰

Na tentativa de descortinar o que as implicações da transicionalidade e o reconhecimento amoroso podem gerar na criança na questão da educação, tentaremos aprofundar as aproximações entre os estudos de Honneth e de Winnicott. Trata-se de um esforço bastante provocador na medida em que nos fará retomar as premissas fundamentais da teoria do reconhecimento de Honneth, especificando a relação do reconhecimento amoroso honnethiano com a teoria das relações objetais de Winnicott, mediante a experiência de transicionalidade.

¹⁰ As implicações educativas de nossa aproximação entre Winnicott e Honneth serão extraídas no próximo capítulo.

3 TRANSICIONALIDADE E RECONHECIMENTO AMOROSO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS EXTRAÍDAS A PARTIR DA APROXIMAÇÃO ENTRE WINNICOTT E HONNETH

A proposta do capítulo que se inicia é de tecer aproximações entre Honneth e Winnicott, especificamente no que se refere ao reconhecimento amoroso. Durante a construção dos dois primeiros capítulos deste estudo, visualizamos possíveis aproximações entre os dois autores e agora pretendemos desenvolvê-las de modo mais explícito. Torna-se indispensável, pois, retomar, neste último capítulo, alguns conceitos fundamentais dos dois autores, e o faremos guiados pelo conceito de reconhecimento amoroso.

Para Winnicott, o conceito de reconhecimento amoroso – embora não utilize especificamente este termo – é medular e fundamental em toda a sua obra, pois podemos observar, por meio da leitura desta, muitas vezes poética, que as primeiras relações entre mãe e bebê referem-se a assuntos que são de vital importância e que dizem respeito ao assentamento das bases afetivas e da saúde mental do bebê e que terão uma importância fundamental para seu desenvolvimento psíquico, emocional e social. Esse aspecto nos leva a perguntar como se dá essa experiência de transicionalidade e o processo de diferenciação e como esses podem ser compreendidos como base para a expressão do reconhecimento amoroso e o desenvolvimento da autonomia da criança. Além disso, também nos levam a ponderar que tipo de consequências educativas podem ser extraídas deles.

Honneth, no decorrer de sua obra, sustenta que a experiência do reconhecimento amoroso é a base para todas as outras experiências de intersubjetividade bem sucedidas. Mas, de que modo o reconhecimento amoroso está na base do desenvolvimento da autonomia do ser humano? Quais são as implicações da negação do reconhecimento amoroso, ou seja, das experiências de desrespeito para a vida psíquica, social e educativa do sujeito? Que consequências educativas podem ser extraídas do conceito honnethiano de reconhecimento amoroso?

Neste capítulo, desenvolvemos implicações educativas extraídas do significado da experiência de transicionalidade (Winnicott) e de reconhecimento amoroso (Honneth). Para tanto, iniciamos explorando conceitos base de Honneth e Winnicott mediante um paralelo entre a experiência de transicionalidade e a experiência de reconhecimento amoroso, para Honneth. Tanto para Honneth quanto para Winnicott, o conceito de autonomia é parte do

resultado dessas primeiras interações da primeira infância. Nesse sentido, buscaremos verificar como a transicionalidade e o reconhecimento amoroso enquanto base para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo pode auxiliar para justificar o desenvolvimento de um sentido normativo à educação pensada como construção da autonomia mediante a intersubjetividade.

Na tentativa de descortinar novas possibilidades dentro do âmbito educacional, seja mediante novas políticas públicas ou nas próprias formações de professores, entre outras, pensaremos em algumas das implicações e em alcances educativos da teoria honnethiana e de Winnicott para o campo da educação. Com tal panorama, é nosso intento investigar no que esses autores podem contribuir para educação contemporânea, inserida numa sociedade complexa e plural.

3.1 Experiência de transicionalidade como desenvolvimento da autonomia em Winnicott

Iniciamos com a tentativa de analisar mais profundamente a experiência de transicionalidade para Winnicott, aproximando-a da experiência de reconhecimento amoroso de Honneth. Num primeiro momento, é necessário resgatarmos a problemática do primeiro capítulo deste estudo referente ao fato de que para aprofundar seus estudos sobre o tema, Honneth volta à psicanálise winnicottiana. É importante lembrar que busca uma psicanálise aberta a novos conceitos em direção ao curso interativo da primeira infância e não mais avistando o sujeito somente como resultado de pulsões libidinosas. Assim, as ligações afetivas passam a ser compreendidas como um processo cujo sucesso depende da manutenção recíproca de uma tensão entre o abandono simbiótico e a autoafirmação individual. Sem dúvida, nesse sentido a psicanálise trouxe importantes contribuições, demonstrando que a formação do indivíduo se estrutura a partir da primeira infância. Novas releituras da psicanálise fizeram com que a concepção de relações iniciais da primeira infância passasse a ser considerada sob essa nova visão. Como dito acima, o sujeito não é resultado somente de suas pulsões libidinosas, mas de uma interação com o outro significativo que lhe dispensa cuidados. “A teoria winnicottiana constitui um desenvolvimento paradigmático progressivo da psicanálise concebida por Freud. Além disso, a sua concepção do ser humano como uma amostra temporal da natureza humana merece a consideração de todos aqueles interessados em desenvolver uma ciência do homem” (LOPARIC, 2006, p. 17).

E, assim, a psicanálise tradicional e Winnicott discordam quanto a alguns princípios. Enquanto a psicanálise observa todas as situações psicopatológicas como similares ao conflito edípico e busca interpretar tais situações em termos da sua teoria da sexualidade, Winnicott descobriu que não era possível ver as coisas somente desse modo e acabou vendo a relação mãe e bebê como realmente exemplar, o que, por sua vez, forçou-o a desenvolver uma teoria do desenvolvimento emocional. Ou seja, desenvolveu uma teoria baseada na subjetividade, interagindo com o meio que o rodeia. Segundo Loparic,

esta é, em essência, a mudança de paradigma da qual resulta a diferença entre a psicanálise freudiana, edípica, triangular ou “de três corpos”, adotada pela Escola Britânica de A. Freud, M. Klein, Fairbairn, Bion e pela maioria de grupos psicanalíticos franceses, especialmente os lacanianos e a psicanálise de Winnicott centrada na relação mãe-bebê, dual ou “de dois corpos”, atualmente aceita por um número crescente de psicanalistas de vários países (2001, p. 55).

Desse modo, quando Honneth resgata a psicanálise para aprofundar seus estudos, é em Donald W. Winnicott que encontra base e fundamentos para estruturar parte de sua teoria do reconhecimento, articulando-a ao quadro teórico do jovem Hegel.

Nessa altura de nosso estudo, focaremos em elementos que inicialmente Honneth buscou na teoria Winnicotiana, sobretudo para mostrar como o psicanalista inglês estabelece as primeiras relações entre mãe e bebê, como ele entende a teoria das relações objetais e como se dá essa experiência de transicionalidade. Mas, o que significa para Winnicott as primeiras relações entre mãe e bebê? Podemos dizer que se trata das primeiras relações, inicialmente simbióticas, onde mãe e bebê estão numa dependência absoluta, dependência esta referida ao fato de o bebê depender inteiramente da mãe para ser e para realizar sua tendência inata à integração. À medida que a integração torna-se mais consistente, o amadurecimento exige que, vagarosamente, algo do mundo externo se misture à área de onipotência do bebê.

O bebê evolui para a dependência relativa que indica o fato de a mãe reconhecer a gradativa autonomia do bebê, retomar sua rotina diária e de o bebê, por sua vez, perceber outras formas de relacionamento com o ambiente. Essa evolução possibilita ao bebê diferenciar-se da mãe e reconhecer o ambiente e a si mesmo, podendo suportar a ausência da mãe e a desilusão de que ela já não está a sua total disposição e, portanto, pode-se pensar a dependência absoluta rumando em direção a uma dependência relativa. Isso ocorre

aproximadamente após os seis meses de vida, quando a mãe sai do estado de preocupação materna primária, ocasiona um descompasso entre as necessidades do bebê e o atendimento imediato dessas necessidades por parte do ambiente. Nesse sentido, em decorrência, o bebê é quase que forçado a reconhecer o mundo externo, até porque já não bastará esperar pela vinda da mãe, mas percebe que não é mãe e precisa chamar a atenção do outro para si.

Com o início da passagem da dependência absoluta para a dependência relativa, Winnicott inicia sua apresentação da teoria das relações com objetos. Mas o que Winnicott entende por teoria das relações objetais? O objeto transicional seria como um mediador entre mãe e filho, entre eu e não eu, entre o seu mundo interno e externo. Uma das tarefas da mãe é apresentar, gradativamente, os objetos do mundo externo ao bebê. O primeiro contato desse modelo que o bebê tem de objeto transicional é o seio da mãe, no entanto, esse não é percebido como um objeto do mundo externo. Movido por seus instintos, o bebê busca algo que ainda não sabe o que é e, no momento certo, quase de modo intuitivo, só a mãe sabe qual é, ele encontra algo que satisfaz suas necessidades e como não tem a percepção de uma realidade externa a si, o que ele encontra é uma criação sua e gradualmente outros objetos são apresentados ao bebê pela mãe e igualmente imaginados como criados por ele, ou seja, é o momento da chamada ilusão de onipotência do bebê.

Essa relação vai, aos poucos, se tornando mais complexa e, por conseguinte, o mundo de relações que num primeiro momento se forma conforme sua própria criação, ou seja, internas, vai dando acesso à realidade externa, que só é possível porque num primeiro momento criou-se, com a ajuda de um outro, um mundo, uma realidade interna que, aos poucos, pelo processo da desilusão, alcança a realidade externa. A partir desse ponto, podemos chamar tal desenvolvimento de início da experiência de transicionalidade, que ocorre entre um mundo interno de objetos subjetivos e um mundo externo de objetos percebidos.

A mãe, ao permitir esse objeto, que pode ser um ursinho, um brinquedo ou um pedaço de pano – o que demonstra que tais objetos não precisam ser necessariamente um brinquedo –, está ajudando o bebê a passar de um estado de ilusão para um estado de desilusão, do relacionar-se com o objeto para o uso do objeto. É nesse momento de transição que os objetos transicionais exercem a indispensável função de amparo por substituírem a mãe que se desadapta e desilude o bebê. Assim, dá-se a experiência da transicionalidade, marcando o início da desmistura, da quebra da unidade simbiótica da mãe-bebê, onde o bebê pensara ser a mãe ou, melhor, uma extensão da mãe. E o bebê, ao ser capaz de adotar um

objeto transacional, já evidencia que essa dinâmica transicional está em curso e, a partir daí, algumas mudanças se insinuam.

Podemos pensar que então o bebê chegou a um estado em que o tempo e o espaço foram alcançados e conquistados.¹¹ Alcançadas essas duas condições fundamentais do existir, isto é, a elaboração do espaço e do tempo o bebê, é possível começar a criar um mundo interno, uma realidade pessoal. O que podemos dizer é que essa realidade interna, do nosso ponto de vista externo, é apenas uma ilusão. É nesse período em que o bebê está descobrindo a realidade externa que geralmente se apega intensamente a esse determinado objeto, que geralmente lhe é oferecido pela própria mãe e, em alguns casos, o bebê só consegue dormir levando-o consigo para o berço. A criança, ao adotar esse brinquedo ou objeto concreto, simbólico ou imaginário, está, na essência, tentando dar continuidade à fusionalidade interrompida pelo nascimento.

Tal objeto terá a função de tamponar a falta, representar o amor, ser sua defesa ou uma recompensa. Para que exista um desenvolvimento do processo de separação ou individuação, é necessária a existência de um objeto transicional em sua forma saudável, como um acalmador da ansiedade. O que é mais importante nisso tudo é que o objeto transicional exista e seja permitido em toda a sua plenitude sem interrupções. O processo deve realizar-se até o final, isto é, até que o objeto perca simplesmente o seu significado e não esquecido ou reprimido. O tempo que ele durará vai variar de criança para criança e isto não será o mais importante, o relevante será que a ele seja permitido existir. Como abordamos acima, podemos entender que o objeto ou brinquedo é uma maneira de perpetuar a fusionalidade e servirá de ligação para a criança transitar no processo de sua independência.

A constituição da identidade do sujeito tem início nas primeiras semanas de vida, quando o bebê experimenta essa ilusão de onipotência por ter ao seu alcance tudo o que precisa, seja o seio, o calor da mãe ou todos os cuidados. Ocorre que, na teoria winnicottiana, o indivíduo não é considerado uma unidade no início de sua vida, pois o autor considera que a unidade é a estrutura ambiente-indivíduo. Winnicott não considera que exista um eu inato, pronto ao nascer, mas um *self* que se forma ao abandonar um estado de dependência e simbiose com o ambiente que o cerca logo que nasce, referindo-se à totalidade da pessoa, incluindo corpo, mente e psique.

¹¹ Ao falarmos em conquista, deixamos claro no capítulo 1 que trabalhamos com a versão e a hipótese que o ambiente é facilitador e suficientemente bom para o bebê. Não adentraremos nos casos de déficit, de possíveis desajustes ou patologias decorrentes de um contexto não suficientemente bom. As alternativas que escolhemos para este estudo são voltadas para a saúde mental e não para as patologias decorrentes de um ambiente não facilitador.

O bebê, quando evolui do período de simbiose total, no qual imagina que o mundo e ele são uma mesma coisa, dá início à etapa da separação, quando, concomitantemente, inicia o que Winnicott chama de *self* individual. E assim, aos poucos, com a apresentação do mundo e suas relações com o ambiente, o bebê pode começar a desenvolver sua individualidade. Para Winnicott, o vir a ser de um *self* é dependente da presença e da participação de um outro externo. Portanto, a presença da mãe suficientemente boa e a experiência de transicionalidade facilitada pela mãe é indispensável para o reconhecimento individual e, poderíamos pensar, indispensável para se estabelecer a esfera do reconhecimento amoroso proposto por Honneth.

A respeito disso, a dependência do bebê o remete, obrigatoriamente, a necessitar, de um modo absoluto, do ambiente; este, ao adaptar-se suficientemente bem às necessidades do bebê, fornece condições para que ele conquiste a independência e, poderíamos pensar, nunca totalmente alcançada. Podemos entender que, de acordo com cada período do desenvolvimento infantil, o ambiente assume uma determinada importância, sendo considerado facilitador quando oferece condições para o crescimento pessoal, de tal modo que as falhas do ambiente, em cada momento específico, têm consequências diferentes no amadurecimento pessoal.

Como referido acima, aos poucos, o bebê vai percebendo que há uma diferença entre a sua ilusão e a realidade. A primeira desilusão acontece quando ele percebe que o seio da mãe não faz parte dele e que nem depende de sua vontade para existir e, por conseguinte, acontece com os outros objetos. Daí a importância da disponibilidade da mãe e do objeto transicional para que todo o desenvolvimento psíquico saudável se realize; a importância de uma continuidade no cuidado e uma consequente confiança na mãe para que possa ser bem suportada a sua ausência. Isso é fundamental para que no processo de dependência rumo à independência o bebê possa seguir segura por essa separação ou independência da mãe.

A passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade, permitida pela mãe suficientemente boa através de uma adaptação ativa com a criança, facilitará a capacidade da adaptação na evolução do próprio bebê e assim mais tarde o mesmo poderá confiar em si mesmo e nas pessoas que a rodeiam. Desse modo, poderá se constituir num ser na sua totalidade, pronto para enfrentar e compreender o mundo externo.

É esta busca que permite ao bebê a experiência da transicionalidade. Mas como se dá essa experiência para Winnicott? Até aqui pudemos pensar que o passo seguinte à ilusão é o de desiludir, gradativamente, o bebê. Porém, não é diretamente através da desilusão que este vai poder ter a oportunidade de entrar em contato com o mundo da realidade. É preciso que

uma ligação se estabeleça entre o mundo pessoal no seu início e o mundo da realidade. Este vínculo se encontra em uma área intermediária, necessária para o início de um relacionamento entre a criança e o mundo, sendo tornada possível por uma maternagem suficientemente boa que, nesse momento, oportuniza o objeto transicional ao bebê. A transicionalidade, que é constituída por esses fenômenos e objetos transicionais, indica a necessidade de uma área disponível de direção entre a realidade externa e interna, um lugar a partir do qual objetos aparecem e no qual eles desaparecem. Portanto, podemos dizer que o bebê, desde o seu início, constitui seu mundo pessoal, estabelece um vínculo transicional entre esse seu mundo pessoal e o mundo da realidade e que, gradativamente, ele alcança e constitui essa realidade externa, através dessa experiência de transicionalidade.

Na vida adulta, a transicionalidade pode ser vivida em vários âmbitos, como a cultura, a arte, a ciência, a religião, dentre outros. Os conceitos de transicionalidade e criatividade estão intrinsecamente relacionados. Dessa maneira, o desenvolvimento dos bebês tem muito a revelar sobre a criatividade adulta na medida em que nossas experiências culturais, em geral, são produtos do desenvolvimento dessa transicionalidade.

O conceito winnicottiano de criatividade originária é inédito no âmbito da psicanálise. Alterando por completo a ideia de que o psiquismo é constituído, já de início, na base de mecanismos mentais de projeção e introjeção, e, ainda, de que a criatividade humana é condição das pulsões sublimadas, Winnicott formula a ideia de uma criatividade psíquica originária que é inerente à natureza humana e está presente desde o início. A manifestação da criatividade fortalece o sentimento de existência e, para relacionar-se com objetos transicionais, o bebê precisa construir sua realidade interna, reconhecendo o outro e a permanência de sua existência como distinta da sua realidade interna.

E assim, reconhecendo sua existência, podemos pensar que o significado de reconhecimento amoroso tem início na primeira infância, especificamente nos primeiros contatos do bebê com sua mãe ou com um terceiro que assuma o papel da mãe, que pode ser pai, irmão, avô ou avó maternos ou paternos, enfim, qualquer pessoa que assuma o papel de uma mãe suficientemente boa e que reconheça o bebê como portador de necessidades, atenção e proporcione o *holding*, o ambiente facilitador e suficientemente bom, fazendo com que, assim, ele possa reconhecer sua própria existência.

A seguir buscaremos abordar a visão de Honneth acerca de algumas ideias-chaves sobre o conceito de reconhecimento, especificamente os padrões de reconhecimento

abordados no capítulo dois, quando o autor identifica as três esferas do reconhecimento, quais sejam as relações emotivas, de direito e de solidariedade.

3.2 A experiência do reconhecimento amoroso como condição para a autonomia em Honneth

Podemos resumidamente, para voltarmos a Honneth, mencionar as três esferas de reconhecimento o processo de individualização e autonomização do sujeito mediante o conflito delas decorrente. Nesse aspecto, Cenci destaca que são três as

esferas de reconhecimento, a saber, amor, direito e estima social. A individualização é entendida, então, como o resultado de processos conflituos que estabeleceram três formas distintas de relações sociais e do sujeito consigo próprio na medida em que este é levado a aprender a referir-se a si mesmo por meio de três atitudes. Nas relações íntimas, marcadas por práticas de afeto e preocupação mútuos, torna-se capaz de compreender-se como um indivíduo que possui as suas próprias necessidades; nas relações jurídicas, que se desenvolvem segundo o modelo de igualdade de direitos e obrigações mutuamente outorgados, aprende a compreender-se como pessoa jurídica, a qual é devida a mesma autonomia que aos demais membros da sociedade; por fim, nas relações sociais, aprende a compreender-se como sujeito que possui habilidades e talentos valiosos para a sociedade (2013b, p. 06)

Assim, na esfera do reconhecimento afetivo, o que é oportunizado ao sujeito é a capacidade de adquirir confiança em si mesmo, já na esfera do reconhecimento jurídico é a possibilidade de ser reconhecido como indivíduo de uma coletividade, protegido por leis e direitos, e a esfera do reconhecimento social propicia perceber-se como sujeito que possui habilidades importantes para o meio social.

Como se trata de nosso ponto fundamental, aprofundaremos aqui especificamente as relações emotivas, referidas especificamente às relações de amor. Antes mesmo de falarmos sobre o reconhecimento amoroso propriamente dito, é necessário deixarmos claro o que Honneth entende por relações e, especificamente, o que Honneth entende por relações amorosas. Podemos dizer que se trata das afinidades não vinculadas às relações eróticas ou sexuais, mas a relações primárias e amorosas, ou seja, concernem a todas as ligações fortes

entre poucas pessoas durante os primeiros momentos de vida, sendo essas primeiras relações de amor, fundamentais para as primeiras formas de reconhecimento.

E, para tratarmos do significado do reconhecimento amoroso em Honneth, adentraremos na análise que este realiza do jovem Hegel, em quem o ponto inicial da teoria do reconhecimento honnethiana se localiza. Do ponto de vista de Honneth, Hegel ultrapassa o ideário romântico, conseguindo evoluir da relação entre homem e mulher e acentuar a carência como elemento das relações amorosas. A ideia de amor designa mais do que somente o relacionamento sexualmente preenchido entre homem e mulher. Na sua visão,

o termo reconhecimento refere-se aquele passo cognitivo que uma consciência já constituída idealmente em totalidade efetua num momento em que ela se reconhece como a si mesma em uma outra totalidade em uma outra consciência; e a de ocorrer um conflito ou uma luta nessa experiência do reconhecer-se – no – outro, por que só através da violação recíproca de suas pretensões subjetivas os indivíduos podem adquirir um saber sobre se o outro também se reconhece neles como uma totalidade (HONNETH, 2009, p. 63).

Na interpretação de Honneth, Hegel aplica o conceito também no relacionamento afetivo entre pais e filhos no interior da família e ainda deixa claro que o sentimento do amor, presente nas relações amorosas representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco. O indivíduo se confirma reciprocamente em suas primeiras relações emotivas de dependência do outro, reconhecendo-se como um ser carente e, portanto, com necessidades de cuidado por parte do outro:

carências e afetos só podem de certo modo receber confirmações por que são diretamente satisfeitos ou correspondidos. O próprio reconhecimento deve possuir aqui o caráter de sentimento e encorajamento afetivo: nesse sentido, essa relação de reconhecimento está ligada de maneira necessária à existência corporal de outros concretos, os quais demonstram em si sentimentos de estima especial. A chave para transferir esse tema a um contexto de pesquisa determinada pelas ciências particulares é representado então por aquela formação de Hegel segundo a qual o amor tem de ser concebido como um ‘ser-si-mesmo em um outro’, pois, com isso, é dito das relações primárias e efetivas que elas dependem de um equilíbrio precário entre autonomia e ligação, o qual constitui o interesse pela determinação das causas e desvios patológicos na teoria psicanalítica das relações de objetos (HONNETH, 2009, p.160).

Quando Honneth analisa essas relações, põe em tela toda a transformação do indivíduo, ligado diretamente ao outro, que vai, conforme Winnicott, de uma completa dependência da mãe até uma dependência relativa chegando ao estágio de autonomia e de autoconfiança ou não. Essas relações são as mais importantes para a estruturação do indivíduo, são significativas para toda a vida e estão implicadas diretamente na formação intrapsíquica básica do sujeito.

Assim, podemos dizer que reconhecimento amoroso, na sua essência, para Honneth, significa o resultado ou parte de uma formação do indivíduo que se inicia nas primeiras relações desde a primeira infância e vai sendo construída pela relação com o outro. Honneth concorda com Winnicott em relação ao plano dos afetos, uma vez que essa esfera acontece nas relações primárias entre o amor de mãe e filho, indicando que elas passam por uma transformação que vai da fusão completa à dependência relativa. Portanto, essa primeira esfera de reconhecimento que ocorre na dimensão dos afetos entre as pessoas mais próximas na primeira infância desenvolve o que se pode chamar da própria experiência do reconhecimento amoroso e dinâmica conflitiva, na medida em que um aprende com o outro, de modo a se diferenciarem e verem-se como autônomos.

Disso advém a possibilidade da autoconfiança e assim o sujeito construirá o amor de si próprio e a autoconfiança, portanto, a base emotiva que necessitará nas futuras relações. Para Honneth, em cada relação amorosa se atualiza esse jogo dependência e autonomia procedente dessa fusão originária, dele dependendo a confiança básica do sujeito em si mesmo e no mundo. Nesse contexto, todo o conjunto de compromissos e preceitos que o indivíduo reconhece em si e no outro dependem dessa perspectiva profunda e primária de reconhecimento, da relação amorosa do início de sua primeira infância, conforme proposto por Winnicott. As relações primeiras de amor aparecem como o alicerce do projeto de reconhecimento proposto por Honneth.

Por conseguinte, a formação emotiva bem sucedida refletirá na defesa e nas reivindicações de direitos que serão utilizados futuramente no âmbito do reconhecimento jurídico, indicando que o sujeito também será capaz de conduzir adequadamente a sua participação no campo da solidariedade e da estima social. Aqui não poderíamos deixar de mencionar que as implicações do não reconhecimento amoroso, ou seja, das experiências de desrespeito para a vida psíquica e social do sujeito, são marcas doloridas e profundas. Quando a forma de reconhecimento amoroso é negada ou recusada, não é somente retirada do sujeito toda a liberdade de sua ação, mas, como diz o próprio Honneth,

conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só por que ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se aquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva (2009, p. 213).

Toda vez que o indivíduo sofre um tipo de desrespeito que se refere à camada da integridade corporal – referindo-se, conforme Honneth, às formas de maus-tratos práticos – são retiradas as possibilidades da liberdade de seu próprio corpo, representando esta a forma mais significativa de rebaixamento pessoal. Essa forma é mais profunda que as outras formas de desrespeito, tais como a privação de direitos e a exclusão ou a degradação e ofensa. Os maus tratos e a violação implicam não somente dor puramente corporal mas, sobretudo conforme Honneth, “sua ligação com o sentimento de estar sujeito a vontade do outro, sem proteção, chegando a perda do senso da realidade” (2009, p.215) Portanto, esse tipo de desrespeito fere a confiança aprendida através das relações de amor, e quando essa é negada, a consequência resulta na perda da confiança em si e no mundo.

Desse modo, poderíamos pensar que entre a fusão simbiótica da mãe e do bebê até a ruptura e delimitação estabelecida pelo objeto transicional estaria a base para o equilíbrio intersubjetivo das primeiras formas de reconhecimento. Segundo Dalbosco,

a contribuição original de Winnicott que interessa à Honneth – é que não se trata somente da produção cognitiva de um esquema da realidade, mas sim de mecanismos que possam colocar a criança na condição de reconhecer afetivamente a realidade do adulto de referência mais próxima como independente de suas próprias fantasias de desejo. Ora, justamente para esclarecer este passo decisivo de aprendizagem da criança pequena é que Winnicott postula a hipótese do objeto transicional. (2013, p. 07).

Honneth desdobra o processo inicial de dependência absoluta do bebê em relação à figura da mãe ou outro adulto significativo em processos sociais de necessidade de reconhecimento em esferas mais amplas que as relações individuais. Ou seja, os escritos sobre o objeto transicional de Winnicott serviram de base para Honneth estruturar sua teoria de reconhecimento, especificamente a posição do reconhecimento amoroso, buscando ampliar a concepção do indivíduo, do eu proposto por Winnicott, para esferas mais amplas como o campo político e social.

E aqui podemos pensar no paralelo entre experiência de transicionalidade para Winnicott e experiência de reconhecimento amoroso para Honneth. Diante do suposto abandono pela mãe, como é percebido num primeiro momento pelo bebê, é destinado a ela ataques, mordidas e brigas, e é nesse ponto crucial que a mãe suficientemente boa sabe suportar esses ataques e devolvê-los em forma de amor. Essa postura da mãe confirma a percepção de que o bebê é amado, sendo esse um dos significados conferido às primeiras relações e nisso reside o ponto central para Honneth: se é amado, é reconhecido, e assim pode evoluir para as próximas etapas de reconhecimento como o jurídico e o social, pois foi-lhe conferida a condição básica de que realmente é amado. Portanto, com a autoconfiança necessária, pode evoluir para as próximas etapas do reconhecimento jurídico e social, igualmente significativas e importantes para a continuidade da constituição de sua individualidade. Por conseguinte, “tratam-se, pois, de padrões em virtude dos quais os indivíduos podem confirmar-se de modo recíproco e cada vez maior como pessoas autônomas e individuadas (Cf. HONNETH apud CENCI, 2013b, p.03). Nesse âmbito, pode ser tomado como ponto central o fato de Honneth construir o conceito de reconhecimento amoroso a partir das primeiras relações entre mãe e filho, sendo este o elemento fundamental da construção da autoconfiança do sujeito.

É essencial termos claro que, para Winnicott, esse processo de amadurecimento infantil é entendido como uma tarefa que só por meio da cooperação intersubjetiva entre mãe e filho pode ser resolvida reciprocamente e que, por sua vez, apresenta-se por meio de diferentes fases de reconhecimento da criança e da mãe. Winnicott sugere que desde os estágios mais básicos da vida social a dependência em relação com o outro, mediante a experiência da transicionalidade, é o que sustenta a viabilidade da existência, o que, para Honneth, poderíamos pensar, corresponderia à noção de reconhecer-se no outro, e assim poderíamos inferir que reconhecimento amoroso para Winnicott e Honneth tem as mesmas bases de identificação. A continuidade da formação do indivíduo somente pode desenvolver-se na sua totalidade quando ele obtém reconhecimento em suas relações primárias, como sujeito de uma comunidade universal, e em suas peculiaridades por meio de relações de estima e solidariedade. Apenas um processo de autoconfiança bem estruturado poderá constituir um indivíduo que não compreenda o outro como um objeto, onipotentemente a ser determinado. “O poder estar só constitui o pólo, relativo ao sujeito, de uma tensão intersubjetiva, cujo pólo oposto é a capacidade de fusão deslimitadora com o outro” (HONNETH, 2009, p. 175).

Podemos inferir que essa tensão intersubjetiva inicia quando a criança dá os primeiros passos para a autonomia, no momento em que a mãe responde de forma amorosa aos ataques

do bebê, auxilia na estruturação de toda a autoconfiança que o bebê carece para suas interações, envolto no processo dialético de reconhecimento. O bebê desenvolve a capacidade de estar só por meio da convicção de que a mãe preserva seu amor, mesmo que sua atenção não se direcione apenas a ele. E assim o bebê portador da consciência de que é amado pode rumar para autonomia e autoconfiança.

Por conseguinte, podemos pensar que, paralelamente à visão de autonomia de Honneth, está o processo de diferenciação para Winnicott, já que a presença de um ambiente inicial adaptado favorece a continuidade de um senso de ser e existir, proporcionando segurança pessoal básica para um existir criativo e responsável no que se refere ao relacionamento com o outro. Nesse momento, o bebê já está plenamente identificado como separado do outro, pois a pessoa tem clara dimensão de quem é. Portanto, enquanto diferenciado do outro, tem a autoconfiança para tornar-se autônomo, desenvolve a capacidade de poder constituir-se a si mesmo, uma vez que se reconhece capaz de responsabilizar-se por seu sentir, pensar e agir. Por essa razão, pode-se entender que somente após o processo de diferenciação as conquistas relativas ao ser e ao fazer são integradas às novas etapas do desenvolvimento e do amadurecimento autônomo do sujeito.

Para Honneth, o sujeito autônomo deve levar em conta a vida em sua totalidade, razão pela qual sugere que a noção de autonomia do sujeito deveria ser repensada em direção a uma ideia de autonomia descentrada, ou seja, voltada à capacidade de poder socializar linguisticamente seus impulsos internos, bem como de poder, ao longo da vida, ir descobrindo impulsos sempre novos dentro de si e transformá-los em elementos de socialização.

Desse modo, pode ser considerada autônoma a pessoa que tem condições de reorganizar a própria vida de forma autodeterminada, sendo preciso ainda conduzir a vida pela ideia de orientação por princípios universais com a complementação da sensibilidade moral contextual. Ou seja, o indivíduo é moralmente autônomo quando é capaz de guiar sua ação por princípios racionais e que possam ser suscetíveis de universalização. Assim, a pessoa autônoma é capaz de guiar-se por princípios racionais sem, no entanto, deixar de perceber as necessidades dos outros. Desta maneira, podemos entender que, para Honneth, o sujeito é moralmente autônomo quando, além de dirigir suas ações por princípios universais, sabe identificar e aplicar a si mesmo tais princípios, com a sublime capacidade de colocar-se no lugar do outro, capacidade esta essencial na nossa atual sociedade contemporânea.

3.3 Implicações educativas a partir das teses de Axel Honneth e Donald Winnicott

Na tentativa de refletir sobre a educação em sentido normativo, perguntamos pelo significado que a ela pode ser atribuído a partir das obras de Winnicott e Honneth. Ao mesmo tempo, constatamos que a grande maioria dos estudos de Winnicott, por sua vez, dirigem-se a análises sobre a primeira infância e a escola maternal e que o reconhecimento amoroso de Honneth constitui a base para todo ulterior desenvolvimento humano exitoso. Assim, pretendemos, ao aproximarmos o pensamento desses dois autores, mergulhar na dimensão normativa vinculada à educação. Entendemos o sentido propriamente da educação como um processo de construção da autonomia e de intersubjetividade, de modo que, pela educação, as pessoas se constroem, ou os indivíduos se constroem como pessoas pela educação. Pensamos que a educação seja o principal instrumento inventado pela humanidade para construir os valores humanos, como a solidariedade, a cooperação, a intersubjetividade e o diálogo.

Na tentativa de contribuir para indagações dirigidas predominantemente à educação e ao educador, perguntamo-nos: qual o sentido educacional do objeto transicional? E, analogicamente qual o sentido do papel do educador como objeto transicional e da autonomia discente? Como o reconhecimento amoroso auxilia para justificar o sentido normativo de educação como construção de intersubjetividade e autonomia?

No que concerne ao sentido educacional do objeto transicional, é relevante destacar que não se compreende o sentido do reconhecimento amoroso sem a noção do objeto transicional; é ele quem vai permitir aparecer a figura da intersubjetividade, que é nuclear para a constituição do self e da identidade, sendo este o principal sentido educacional do objeto transicional. Viu-se que até o momento em que não aparece o objeto transicional, há uma simbiose direta, total do bebê ao conceber a mãe como parte dele. É o objeto transicional que vai provocar essa ruptura de mundos e a possibilidade da reconstrução da identidade do bebê como algo separado da mãe. Esse processo é dolorido para a mãe, na medida em que há uma perda de identidade de ambos, pois ela precisa perder algo para poder o bebê ganhar vida.

Analogicamente o papel do educador poderia ser concebido como objeto transicional e, para tal, aquele papel que o objeto transicional desempenha na origem do bebê poderia ser

reportado à figura do educador na medida que a criança vai amadurecendo.¹² Todavia, isso deve ser considerado com uma diferença fundamental, pois o educador já é um objeto falante: ele intervém simbolicamente na construção do *self* do educando, coisa que o objeto transicional literalmente não pode fazer, pois este vai depender sempre da apropriação do bebê. Essa é a guinada fundamental, a saber, como esse “objeto transicional”, se podemos assim dizer, tem a grande diferença de fazer uso da fala, pode facilitar ou dificultar, ser construtivo ou destrutivo na continuidade da construção do self e da autonomia do sujeito.

O educador, agora pensado em analogia com o objeto transicional e com a diferença fundamental de ser portador de fala, precisa necessariamente ser construtivo na sua fala, não apenas no plano de um diálogo calcado basicamente em palavras, mas deve estar atento ao significado e à expansão de sua palavra, ou seja, à maneira e à forma em que responde e interage com o meio. O que estamos tentando evidenciar é a importância do educador com o fundamental e relevante papel de objeto transicional, de propiciar um ambiente favorável apresentando possibilidades de se dispor como objeto transicional na construção da autonomia e da identidade da criança. Colocar-se como objeto transicional significa repensar a educação no sentido de evolução e amadurecimento da percepção de mundo e da consciência existencial da criança

Considerando que a experiência do reconhecimento amoroso, como defende Honneth, é a base para todas as outras experiências de intersubjetividade bem sucedidas, o educador visto como um possível objeto transicional falante tem implicações e dimensões diretas na formação humana da criança. Poderíamos pensar no educador como um sucessor do cuidado, conforme Winnicott deixava muito claro em seus escritos ao considerar que aos educadores era necessário ser apresentada a dinâmica do cuidado infantil, tanto quanto o ato de ensinar. Esse aspecto pode ser considerado fundamental para a educação, já que ela busca a compreensão do desenvolvimento emocional humano, sendo, portanto, impossível de ser dissociada da vida na sua totalidade.

Para responder como o reconhecimento amoroso auxilia para justificar o sentido normativo da educação como construção da intersubjetividade é preciso termos claro que, nesse contexto, é possível verificar a importância das primeiras ligações afetivo-emocionais, seja com os pais, ou com a mãe suficientemente boa, ou com o adulto educador ou o responsável pelos seus cuidados. Esse aspecto é relevante no sentido da construção da individualidade humana sob a perspectiva da autonomia e da necessidade do outro, eis que

¹² Explicitar o âmbito e os limites da comparação do educador com a transicionalidade.

implica diretamente ações coletivas. Essa é uma das principais contribuições contemporâneas da teoria do reconhecimento em Honneth, baseada nos fundamentos de Winnicott, pois permite a superação do individualismo em direção ao relacionamento solidário com o outro, uma vez que essa seria uma das expressões mais originárias do reconhecimento.

Outra contribuição extraída dos autores refere-se à importância do cuidado na primeira infância no que diz respeito aos aspectos emocionais e psíquicos, bem como ao ambiente suficientemente bom, uma vez que isso possibilita melhores condições para uma possível adequada nova etapa de desenvolvimento. A inserção da criança precisa acontecer de forma progressiva no mundo, paralela ao amadurecimento de sua estrutura psíquica, resultando no desenvolvimento equilibrado de suas capacidades. Esse aspecto é corroborado em Winnicott, para quem o significado do ambiente e a influência ambiental iniciada numa etapa precoce da vida era estruturante na construção da identidade humana, determinando se o indivíduo se lança à busca de novas experiências ou se se retrai, abdicando das novas fases de desenvolvimento. A importância do ambiente poderia ser identificada também em Honneth, uma vez que as condições deste podem ser fundamentais para que sejam evitadas experiências como maus tratos físicos e psicológicos, o que traria consequências para o ulterior desenvolvimento psíquico-emocional da criança e, também, podemos deduzir, para o desenvolvimento de sua autonomia mediante processos pedagógicos.

Numa sociedade complexa e plural, marcada por tendências individualistas, a teoria honnethiana nos leva a refletir sobre uma postura de empatia, ou seja, de colocar-se no lugar do outro, construída sempre intersubjetivamente. Por meio da teoria do reconhecimento, podemos salientar que é na convivência com os outros que o indivíduo fortalece valores essenciais para sua formação, conforme as três esferas do reconhecimento: no âmbito amoroso de autoconfiança, no jurídico o autorrespeito, e a autoestima na esfera da solidariedade. Assim, se atualmente vivemos num contexto individualista, dificultando formas de ações solidárias, a teoria honnethiana e a winnicotiana nos revela a condição inerente do ser humano rumo à coletividade e à sua conservação no planeta por ações mais coletivas, conscientes e cooperativas. Nesse sentido, podemos refletir o papel fundamental do reconhecimento amoroso, auxiliando para justificar o sentido normativo da educação como construção da intersubjetividade do sujeito. O campo formativo educacional teria de ser cunhado, a partir de tais teorias, através do viés cooperativo e solidário.

Podemos dizer que é por meio do reconhecimento alcançado nas primeiras relações, seja com a mãe ou com o adulto significativo, que o indivíduo internaliza esses valores

essenciais à formação de seu *self*. E assim como a mãe pode funcionar como ego auxiliar da criança, o educador pode dar continuidade a esse ego-auxiliar, como um objeto transicional falante. Quando essa sustentação exercida pelo educador for bem sucedida, poderíamos pensar que a criança a vive como uma continuidade existencial, resultando no sucesso de seu desenvolvimento. No entanto, quando falha, a criança terá uma experiência subjetiva de ameaça, que obstrui o desenvolvimento normal. A falta de *holding*, cuidado adequado por parte do educador com incapacidade de interpretar as necessidades da criança, pode provocar desvios no desenvolvimento.

A educação deveria prover um ambiente que se adapte adequadamente à criança, para ajudar na formação da continuidade de seu verdadeiro *self*. Se o educador se adequa de uma forma suficientemente boa, pode assegurar o ponto de referência para que o processo de evolução continue. Winnicott conseguiu não só apresentar as questões do início da conquista de um sentido de ser para o bebê do ponto de vista dos fenômenos psíquicos, como também ressaltou a importância de que as relações iniciais dão início a um não ser que se torna e conquista ser. Essa continuidade de ser, o qual indica que sua realização se dá na tendência à integração, é uma tarefa cotidiana a ser pensada pelos educadores, pois o evoluir e o amadurecer não são, quando falamos em educação, um estado isolado, separado.

Para os educadores, Winnicott e Honneth ajudariam ampliar a possibilidade de reconhecer e atuar de forma preventiva no que se refere aos aspectos da intersubjetividade, demonstrando que, quanto mais precoce for a resposta do ambiente a dificuldades, maiores as possibilidades de evitar que essas se transformem em estruturas rígidas e fixas de comportamento, seja de inércia, agressividade, impulsividade ou tantos outros comportamentos tidos como patológicos no desenvolvimento. Assim como a relação mãe-bebê precisa ser de reciprocidade, de atendimento e suprimento, um dos propósitos na educação deveria ser a possibilidade de viabilizar um vínculo afetivo que proporcione uma ampliação da escola como um ambiente de suporte, de experiências, de trocas, de interações que possibilitem ao sujeito a expressão do ser em si mesmo, por meio do gesto de criação, do potencial criativo, ou o modo como pensam e sentem.

Os cuidados relevantes dos estágios iniciais do desenvolvimento humano são concernentes ao fundamento da vida psíquica do ser humano. Conforme Honneth, essa fase, mediante o reconhecimento amoroso, é alicerce para novas etapas de reconhecimento, pois é ela que lança as bases para as experiências de ser e sentir-se real. Pensando em educação, esses cuidados são retomados para que se possa realizar experiências de si mesmo e

desenvolver um modo de ser e de relacionar-se, contando com a sustentação ambiental fundada na comunicação intersubjetiva, visto que agora o educador tem um sentido de objeto transicional falante e responsável no atendimento a essas necessidades.

Como dito acima, embora o sujeito possa ter internalizado um bom cuidado a partir de suas primeiras relações, essa conquista precisa continuar sendo alimentada por objetos, inicialmente o seio, o brinquedo ou o paninho, e mais tarde – pode-se pensar – pela figura do educador, como continuidade do exercício do papel do objeto transicional. O educador assim entendido ajudaria a criar condições enquanto suporte real e consistente que permita uma manifestação segura desse ódio potencialmente criativo, sem que isso implique uma ameaça permanente de abandono e ruptura nas relações.

Atualmente, vivemos uma situação de fragilidade de um suporte educacional que cumpra a função de cuidar e o que acaba ocorrendo muitas vezes é a tendência do educando ao desinvestimento, de uma forma geral, no que se refere ao processo educacional, pois há dificuldades no estabelecimento de vínculos objetivos significativos. Ou seja, parece haver aí indicativos da falência de um contexto educativo que possui dificuldade de dar conta de sua função de sustentação da mãe suficientemente boa, necessária à continuidade do processo de subjetivação.

Na atual sociedade globalizada, complexa e plural, a mãe suficientemente boa, que oferece o objeto transicional através do *holding* e ambiente adequado, tal como pensado por Winnicott, tem perdido espaço e possibilidades em sua tarefa de se adequar às necessidades de seu próprio bebê a abre-se espaço para refletirmos na educação a importância da qualidade da atenção que devemos oferecer às pessoas em seu curso de vida, ao cuidado ético, à solidariedade e à criatividade. Trata-se de criar condições para o desenvolvimento para que essas pessoas possam fazer a diferença, sendo capazes de criar e implementar políticas realmente públicas, que atendam ao coletivo e tenham a oportunidade de lançar-se no mundo de uma forma autônoma e criativa, desfrutando de tudo aquilo que o mundo tem a lhes oferecer.

A condição para o êxito desse esforço passa, em termos honnethianos, por criar as condições para a realização plena das capacidades e propriedades dos sujeitos e, pois, pelo desenvolvimento de uma autorrelação prática positiva:

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth parte da premissa de que o reconhecimento intersubjetivo é condição tanto para a realização plena das capacidades e propriedades dos sujeitos quanto para estes levarem adiante uma autorrelação prática pautada pela integridade pessoal. Nesse sentido, sem o reconhecimento dos parceiros de interação, não é possível ao sujeito a formação de uma autorrelação positiva, nem a realização espontânea de metas de vida escolhidas de modo autônomo (CENCI, 2013b, p. 02).

Parece-nos que, numa futura pesquisa, algumas questões são relevantes e procuramos indicar como possíveis desdobramentos desse tema. Não tratamos, neste estudo, das particularidades dos possíveis desajustes ou patologias decorrentes de um contexto não suficientemente bom, ou seja, não foram objeto de estudo as condições estabelecidas onde o ambiente não é facilitador, não possibilitando situação favorável para a relação mãe e bebê. Sem dúvida alguma, há interações nas quais o contexto não é adequado para mães se tornarem ou serem suficientemente boas. Um ulterior desdobramento dessa pesquisa implicaria um aprofundamento no que se refere às patologias mentais Winnicotianas e um entrelaçamento na esfera das decorrências do não reconhecimento amoroso para Honneth.

Por outro lado, para corrigir as possíveis distorções provocadas nas estruturas sociais de reconhecimento, em tempos de sociedades complexas e plurais, exige-se grande esforço de adaptação, o que concerne diretamente ao campo da educação. O aprofundamento das três dimensões da dinâmica do reconhecimento pode inspirar novas direções de pesquisa ante os desafios contemporâneos. No caso de Honneth, é possível percebermos uma aproximada relação entre pedagogia e a política, de maneira que sua teoria do reconhecimento contém um enorme potencial teórico a ser lapidado em relação à esfera formativa. Winnicott, a exemplo de Honneth, também não se ocupou em desenvolver um projeto pedagógico, talvez entender o significado do brincar possa nos ajudar a entender a relação entre a educação na infância e a sociedade, o que poderia sugerir possibilidades de pensar-se em uma intervenção na educação infantil na qual se coloque em destaque o brincar como fenômeno transicional na construção da autonomia e da identidade da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da nossa pesquisa, tínhamos o objetivo principal de especificar a recepção honnethiana no que tange à teoria das relações objetais de Winnicott e analisar suas semelhanças e diferenças. No entanto, no decorrer do trabalho, percebemos que seria mais interessante se aproximássemos esses autores e investigássemos suas contribuições para educação. Dessa forma, envergamos, durante a pesquisa, o caminho da proximidade entre suas teorias e, no que tange à educação, adentramos no viés do educador e na dimensão normativa da educação, na tentativa de contribuir com novas possibilidades dentro do âmbito educacional, seja mediante novas políticas públicas, seja nas próprias formações de professores com reflexões e contribuições dessas teorias para o campo da educação.

Sem dúvida, foi necessário iniciarmos com as individualidades teóricas de cada autor. Iniciamos pelos conceitos Winnicotianos, como a importância do outro na primeira infância, o relacionamento inicial entre a mãe e o bebê, a dependência absoluta que decorre desse primeiro relacionamento até a dependência relativa, a experiência de transicionalidade, a relação com os objetos transicionais e, por fim, a constituição da identidade. A partir daí, retomamos o ponto que levou Honneth a resgatar o psicanalista inglês, aproveitando um período em que a ciência da psicanálise não se encontrava tão ortodoxa e poderia recuperar parte de seus novos conceitos para a elaboração de seu quadro conceitual. Adentramos, assim, inicialmente, em Honneth, com as premissas fundamentais da teoria do reconhecimento e as experiências do reconhecimento intersubjetivo, considerando os padrões do amor, do direito e da solidariedade, bem como suas formas de desrespeito.

Muitas são as contribuições de Honneth e Winnicott, no entanto, como destacamos, verificamos, ao longo da pesquisa bibliográfica, a importância de levar esses pensadores ao âmbito da educação e começamos por nos perguntar como experiências tão fundamentais para a constituição do humano, como a transicionalidade e o reconhecimento amoroso, poderiam auxiliar para justificar o sentido normativo de educação enquanto construção da intersubjetividade e da autonomia.

Podemos evidenciar ao longo desta pesquisa que todo o relacionamento inicial entre a mãe e o bebê, todas as primeiras ligações de afetividade, de interação, de aconchego, de *holding*, como propôs Winnicott, interligadas a um ambiente facilitador, possibilitam à mãe tornar-se uma mãe suficientemente boa. E nesse contexto suficientemente bom, possibilita naturalmente que ocorra os processos de evolução de simbiose absoluta, para uma

dependência relativa, a adoção do objeto transicional. E envolto nas experiências de transicionalidade, o bebê insere-se na passagem intermediária do subjetivo para o início do relacionamento com a realidade externa, do mundo compartilhado e dos objetos percebidos, estágio esse fundamental para o amadurecimento, pois leva a criança a um novo sentido de realidade. E finalmente percebe-se identificado como diferente do outro, durante o percurso da diferenciação, saindo do estado fusional com a mãe para o estado de relacionamento com ela como algo separado.

E, conforme afirmaria Honneth, toda essa primeira esfera de reconhecimento que acontece nessas primeiras relações com o outro e a posterior adoção do objeto transicional, mediante a experiência da transicionalidade proposta por Winnicott, pode consistir na própria experiência do reconhecimento amoroso, sendo nessa dinâmica de aprenderem um com o outro que ocorre a possibilidade de diferenciam-se, assim, podem verem-se como autônomos. E quando nos perguntarmos sobre o sentido educacional do objeto transicional, recorreremos a uma aproximação com o conceito do reconhecimento amoroso sendo que este não existiria sem a noção do objeto transicional, pois ele confere a figura de intersubjetividade ao indivíduo, central para a constituição do *self*. Sendo esse o verdadeiro sentido educacional do objeto transicional, a saber, atestar a importância do outro na constituição do *self*. Conforme nossa hipótese, na medida do amadurecimento da criança, outro objeto transicional falante pode assumir essa importante tarefa: o educador.

Analogicamente, o papel do educador como objeto transicional falante pode interferir simbolicamente na continuidade da construção do *self* do indivíduo. É o educador, portador de fala, que pode facilitar ou dificultar a evolução do amadurecimento da criança, o que resultaria na responsabilidade do mesmo como o sucessor de um cuidado suficientemente bom, do provedor de um ambiente facilitador, tornando-se imprescindível para o processo constitutivo do sujeito de forma integral e completa. Experiências fundantes da subjetividade – que para Winnicott e Honneth se constitui sempre intersubjetivamente –, como a de transicionalidade e a do reconhecimento amoroso, justificam um sentido normativo para a educação, sentido este expresso mediante a autonomia, a autoconfiança, a superação do individualismo em direção ao solidário, o ímpeto de colocar-se no lugar do outro através de ações cooperativas, condições essas tão necessárias no contexto atual de sociedades complexas e plurais.

Como posterior desdobramento deste estudo, pensamos em um possível aprofundamento nas patologias mentais de Winnicott envolto a um entrelaçamento com as

esferas de não reconhecimento para Honneth. Consideramos relevante também tratar da relação entre possíveis teses pedagógicas a serem extraídas de Axel Honneth e Donald Winnicott, indicando o significado do brincar na educação infantil como fenômeno transicional contribuindo para a formação total e autônoma da criança.

REFERÊNCIAS

Obras de Winnicott:

WINNICOTT, D. W. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Obras de Honneth:

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *Reificación: um estudio em la teoria del reconocimiento*. Barcelona: KATZ, 2007.

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007b. (p. 79-93). (texto completo no Google books)

_____. *Crítica del agravio moral: patologias de la sociedade contemporânea*. Buenos Aires: Fondodel cultura Econômica, 2009.

Obras complementares:

BEZERRA Jr., B. ORTEGA, F. (Orgs.). *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

CENCI, A.V. *Reconhecimento, conflito e formação na teoria crítica de Axel Honneth*. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 323-342, jan./jun. 2013.

_____. *Individualização e reconhecimento: a formação humana entre paradoxos do individualismo de autorrealização e liberdade comunicativa*. Passo Fundo, 2013b (mimeo.)

_____. *Reconhecimento, realização de si e paideia: sobre o sentido atual de um antigo ideal*. In: BOMBASSARO, L. C.; DALBOSCO, C. A.; KUIAVA, E. A. (Orgs.) *Pensar sensível: homenagem a Jayme Paviani*. Caxias do sul: Educs, 2011 (p.317-329).

DALBOSCO, C. A. *Natureza da pesquisa em educação: abrindo o leque de alguns problemas*. In: HENNING, L.M.P (Org.). *Pesquisa, ensino e extensão no campo filosófico-educacional: possibilidades presentes no contexto universitário*. Londrina: EDUEL, 2010.

_____. *Formas de reconhecimento e força intersubjetiva de grupo*. Passo Fundo, 2013 (mimeo)

HEGEL, G. W. F *O Sistema de Vida ética*. Lisboa: Edições 70, 1991.

LOPARIC, Z. Heidegger e Winnicott. *Winnicott e-prints*, São Paulo, v.1, n.2, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 set. 2013.

_____. De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. *Winnicott e-prints*, São Paulo, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679432X2006000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 set. 2013.

_____. *Esboço do paradigma winnicottiano*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, v. 11, n. 2, 2001.

MEAD, G. H. *Espiritu, personay sociedade, desde el punto de vista del conductismo social*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

NAVARRO, F. H. T. Las esferas de reconocimiento em la teoria de Axel Honneth. *Revista de Sociología*, n. 26(2011), p. 45-47.

NEWMAN, A. *As idéias de D. W. Winnicott: um guia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

REPA, L. *Reconhecimento da diferença na teoria crítica*. In: TREVISAN, A. L., TOMAZZETTI, E. M.; ROSSATTO, N. D. *Diferença, cultura e educação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SAAVEDRA, G. A.; Sobottka, E. A. *Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth*. Civitas Revista de Ciências Sociais, Vol. 8, Núm. 1, enero-abril, 2008, p. 9-18. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=74211531002>. Acesso em: 22 maio 2013.